

# AS ELITES, O QUOTIDIANO E A CONSTRUÇÃO DA DISTINÇÃO NO DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

por  
Paulo Silveira e Sousa \*

## **1 - Introdução: os espaços, as sociabilidades, as trajectórias e os ínvios caminhos da reconversão dos capitais**

Na segunda metade do século XIX os espaços e as práticas de sociabilidade actuavam como estruturantes das disposições individuais e colectivas, e constituíam uma das mais importantes dimensões da vida quotidiana. Estes lugares e estas práticas baseavam-se em modelos codificados de interacção. No entanto, se bem que suficientemente claros e definidos para classificar e para identificar os agentes, marcando as fronteiras face a quem desconhecia as normas e os princípios de distinção, eles continham variantes e margens para a manifestação de algum desvio no seu interior. Estas normas complexas estruturavam, portanto, uma realidade que se podia dizer construída e segmentada por campos e por jogos, onde se cruzavam desempenhos diversos e relações de poder. Elas incluíam quer as disposições corporais e determinados cânones da elegância e da aparência exterior, quer o conhecimento e a aderência a determinadas normas morais e a elementos da cultura burguesa formal e codificada, ligados ao teatro, à música e à literatura. As sociabilidades e os consumos

---

\* Bolseiro de Doutoramento da FCT-MCES. Instituto Universitário Europeu, Florença.

tinham, pois, um papel decisivo nas estratégias pelas quais as pessoas se identificavam e se distinguiam umas das outras. E os gastos ostensivos, quer fossem realizados através da caridade pública ou de despesas em conforto e em novos equipamentos, eram uma forma de converter o capital económico em capital simbólico, social, cultural e até político. O mesmo sucedendo com a aposta, cada vez mais comum, no aumento da escolaridade e dos diplomas dos seus herdeiros e com a sua progressiva ligação ao emprego público<sup>1</sup>.

A organização dos vários espaços de sociabilidade, formalizados em sociedades e instituições como clubes, filarmónicas e teatros, ou estruturados através de festas particulares, bailes, jantares, visitas e outros acontecimentos públicos em certos momentos do calendário religioso ou agrícola, acompanhava a hierarquização dos vários grupos da estrutura social do distrito de Angra do Heroísmo. Cada qual tinha uma pertença particular a espaços privilegiados e transitar de um espaço para outro implicava grandes e lentas mudanças e rituais de iniciação que passavam por uma aceitação nem sempre fácil no novo grupo. Este carácter codificado e exclusivo dos espaços e das práticas de sociabilidade tornam-nos um excelente observatório para descrever o quotidiano e explicar as trajectórias dos diferentes grupos da elite de distrito e os mecanismos de distinção que se estabeleciam entre eles. A preponderância de novas fracções da elite de distrito nas instituições de beneficência dará igualmente uma boa panorâmica das trajectórias e das recomposições verificadas nas últimas décadas do século XIX. Estas instituições locais e todo um cortejo de actos de ca-

---

<sup>1</sup> As reconversões permitem-nos estudar os processos de ruptura dos itinerários sociais mais prováveis, mas também avaliar o processo de desvalorização ou valorização dos diferentes recursos e capitais: simbólicos, sociais, económicos, escolares ou culturais. As estratégias de reconversão dão, assim, lugar a deslocações no espaço social, materializando-se numa mobilidade intra ou intergeracional dos indivíduos e das famílias em sentido descendente ou ascendente, podendo ainda suceder que elas mais não sejam que a adaptação a novas configurações dos vários campos sociais sem que nelas se envolva necessariamente uma lógica de ascensão ou de queda no mapa das posições sociais. Estas estratégias de reconversão estão em estreita dependência com as alterações nos sistemas que gerem os instrumentos de reprodução (direito sucessório ou de propriedade, mercado de trabalho, sistema escolar, por exemplo) e com o estado (ou seja o volume e a composição) dos recursos que os actores possuem e tentam reproduzir. Para mais desenvolvimentos sobre as formas de reconversão dos capitais veja-se o clássico de Pierre Bourdieu (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris: Minuit; e Monique de Saint Martin (1995), “Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França”, *Análise Social* n° 134, pp. 1023-1024, da mesma autora (1993), *L’Espace de la Noblesse*, Paris: Éditions Métailié, pp. 244-251.

ridade irão demonstrar-nos como as estratégias de paternalismo e de reconversão dos capitais económicos se processavam de uma forma que, para ser eficaz, tinha que estar tão bem incorporada que se manifestasse de maneira subjectiva e desinteressada<sup>2</sup>.

Num território profundamente rural e composto por três ilhas diferentes os espaços de sociabilidade do distrito tinham uma estratificação própria, onde participavam de modo diferenciado as elites dos vários níveis<sup>3</sup>. O Teatro Angrense não seria o Teatro das Velas, nem a festa ou o teatro na casa ou no granel de um morgado da Graciosa ou de São Jorge, o baile em casa do senhor conde da Praia ou do senhor conde de Sieuve de Meneses. Nas sociabilidades e nos seus espaços privilegiados, o peso do capital económico podia ser quase irrelevante face ao conhecimento das regras e das normas de distinção. A fractura de classe era acompanhada por uma fractura entre rural e urbano, entre letrado e iletrado. Mas começemos então por descrever como se diferenciavam os diferentes espaços nas várias Ilhas.

## **2 - A fractura entre o rural e o urbano nas práticas de sociabilidade: as freguesias e as vilas**

No século XIX o ano agrícola e o calendário litúrgico constituíam ainda os grandes reguladores da vida das populações e das actividades produtivas, estabelecendo os períodos de trabalho e de lazer da maioria dos habitantes das ilhas. O tempo escoava entre momentos lúdicos associados a tarefas produtivas particulares e a várias festividades religiosas de recortes quase sempre sincréticos, onde ao ritual e ao litúrgico se acrescentavam componentes profanas muito fortes com todo um vasto aparato de encenação, no seio das quais se destacavam os *bandos* de foliões e as *comédias*, com frequência, articuladas às festividades do Divino Espírito Santo. As danças, folguedos e bailes repetiam-se pelo Carnaval, São João e São Pedro, associadas a bandos e a grupos de mascarados<sup>4</sup>. Contudo,

---

<sup>2</sup> Veja-se por exemplo Paulo Silveira e Sousa (2002), “Gerir o dinheiro e a distinção: as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)”, *Arquipélago História*, vol VI, pp.293-346.

<sup>3</sup> Embora neste artigo nos reportemos apenas às 3 ilhas que constituíam o distrito da Horta, veja-se para São Miguel e Ponta Delgada o artigo de Susana Serpa Silva (2000), “Aspectos da vida social e cultural micaelense na segunda metade do século XIX”, *Arquipélago História*, 2ª série, vol IV, nº 2, pp. 299-357.

<sup>4</sup> Veja-se, por exemplo, João Duarte de Sousa 1898 (1992), *Reminiscências Velenses (Na Vila das Velas do Século XIX)*, Ponta Delgada: Ed. Signo, pp. 33-36, 58-62. Para a ilha

afastados do trabalho produtivo directo, os segmentos do topo das elites de distrito fugiam a estes marcos reguladores e tinham os seus próprios espaços e um uso do tempo bem mais liberto.

Enquanto nas vilas e na cidade de Angra o teatro burguês e as *Assembleias* e Associações populares davam os seus primeiros passos, no campo os camponeses permaneciam estreitamente ligados a estes dramas e *comédias* rústicos que seguiam com agrado durante horas. Eles estavam associados a uma considerável tradição local e regional de teatro popular, cuja forma estrófica se deveria assemelhar a muitas outras peças da literatura de cordel dos séculos XVII e XVIII<sup>5</sup>. À falta de salas as comédias eram representadas ao ar livre em estrados de tábuas improvisados sobre pipas e carros de bois encostados a uma parede. Quatro panos de chita eram suficientes para compor um cenário reduzido a quase nada. Os actores hirtos, recitando textos em rima com uma pose enfatuada e hierática, apareciam nalguns casos todos juntos em cena, sentados num mesmo banco a um canto do palco, levantando-se cada qual no momento em que o seu personagem intervinha. E quando havia pano de boca a cortina usada “colhia-se ao lado ou levantava-se, dando com ela um nó pendente sobre a cabeça dos actores”<sup>6</sup>.

Os momentos de lazer, de práticas lúdicas e festivas rurais continuavam nos bailes acompanhados a viola de arame e a rabeca em casas e granéis, nos *bandos* e *loas* satíricas que percorriam as freguesias por ocasião do Espírito Santo, ou nas procissões do padroeiro da freguesia ou do lugar. Com frequência decorriam, simultâneos ao calendário agrícola, em ciclos longos onde o passar dos dias era também marcado por diferentes

---

Terceira e para um período um pouco mais tardio cf. Carlos Enes (1989), “O Carnaval Angrése no Iº Terço do Século XX”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira (BIHIT)*, vol. XLVII.

<sup>5</sup> Veja-se a introdução de A. Machado Guerreiro ao volume póstumo de J. Leite de Vasconcelos (1974), *Teatro Popular Português*, III vol. (Açores), Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. V-XXII. De São Jorge existe um extenso repertório de cancionero recolhido por João Teixeira Soares de Sousa e impresso por seu amigo Teófilo Braga em 1886, no *Cancioneiro Popular Açoriano*. Curiosamente, as edições posteriores à primeira omitem o nome de João Teixeira Soares de Sousa, surgindo apenas o de Teófilo.

<sup>6</sup> Existem referências que nos dizem que no final do século XVIII este teatro popular de feições acentuadamente rústicas chegava a ser representado de máscara na cara. Para uma boa descrição etnográfica de todo estes conjunto de momentos, no estilo sempre pouco sistemático do erudito local, veja-se Padre Manuel Azevedo da Cunha (1981), *Notas Históricas*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. I, pp. 376-421, e Gabriel de Almeida (1889), *Fastos Açorianos*, Lisboa: Companhia Nacional Editora, pp. 56-61.

acontecimentos como a matança do porco, a *desfolha* dos milhos, ou os *jantares* reforçados em alimento e bebida por ocasião das *mãos trocadas* entre vizinhos e parentes. Nestes momentos relacionados com tarefas agrícolas colectivas, onde as componentes produtiva, festiva e lúdica se misturavam permanentemente, estávamos perante práticas vitais para a economia doméstica que garantiam a auto-subsistência e autarcia da casa, ao mesmo tempo que constituíam uma festa que reforçava e reactivava os laços de parentesco, amizade e vizinhança dentro da comunidade, com resultados estruturantes ao nível das relações sociais.

A criação de grande número de filarmónicas nas freguesias rurais, ocorrida sensivelmente a partir da década de 1870, com um crescendo de intensidade na viragem do século, veio animar e colorir ainda mais as festas locais. Se num primeiro momento esteve associada aos pequenos espaços urbanos e ao patrocínio de morgados e grandes influentes políticos, o dinheiro da emigração e o retorno dos *calafonas* fez desenvolver e espalhar estas colectividades que concorriam entre si e eram fonte de prestígio para os lugares e para as freguesias. Os músicos desfilavam como pequenas companhias de soldadinhos de chumbo. Calçados e vestidos com fardas próprias, de camisas alvas e metais brilhantes e polidos, eles eram como senhorinhos detentores de autoridade. Nas suas actividades abrihantavam procissões, festas do Espírito Santo, touradas à corda e cerimónias eleiçoeiras, podendo mesmo o regente ser um conhecido galopim político, bem relacionado com o mundo da vila e da cidade<sup>7</sup>.

As filarmónicas tornaram-se parte do quotidiano das ilhas. A *União Praise* nasceu em 1866 sob a batuta de João António das Neves Júnior, pequeno funcionário público, advogado de provisão, vereador e várias vezes presidente da Câmara da Praia da Vitória. Em 1886 surgia a *Popular Praise* chamada dos artistas e mais alinhada à esquerda. Na década de

---

<sup>7</sup> Infelizmente, pouco se tem investigado sobre a criação e desenvolvimento destas colectividades que nas principais vilas estavam associadas aos partidos políticos monárquicos, sendo patrocinadas pelos mais destacados notáveis locais. Em 1874 existiam 5 destes grupos na Ilha Terceira: as filarmónicas Terceirense, Agualvense, Popular Angrense, Harmonia Lajense e União Praise, cf. *Almanaque Insulano para Açores e Madeira para o ano de 1874*, p. 60. Contudo, no final do século e início do século XX, elas começam a invadir os lugares mais importantes e as principais freguesias, não estando agora tão dependentes do patrocínio dos notáveis. Partiam antes do associativismo de médios proprietários, muitos deles com passagens pela emigração. Para a criação e desenvolvimento das filarmónicas na Ilha de São Miguel veja-se Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº 176 a 180 e 182, in *A Persuasão* nº 1929 a 1933 e 1935 de 3/1/1899 a 1/2/1899 e de 15/2/1899.

1890 estavam ambas em actividade<sup>8</sup>. Na vila das Velas, por meados da década de 1880, existiam duas bandas, uma de artistas que se denominava *Liberdade* e cujo instrumental pertencia à família Teixeira Soares, e outra de rapazes, sem distinção de classe, que se chamava *União* e cujo instrumental era propriedade do dr José Pereira da Cunha da Silveira. Cada uma delas representava uma das facções políticas locais, Regeneradores ou Progressistas, de tal modo que em época de eleições “De longe em longe, a horas mortas da noite, uma ou outra filarmónica percorria as ruas da vila, tocando o *Hino da Carta* ou do respectivo partido. Toda a gente conhecia o hino do partido a que pertencia e a música da sua banda: os partidários saíam de casa, seguiam a filarmónica até se recolher e voltavam para casa regalados e vitoriosos...”<sup>9</sup>.

Após o período de relativa letargia dos meses de Outono e Inverno, seguia-se o ciclo das festas do Espírito Santo, abrindo-se um novo período nas actividades quotidianas. Estas festividades rurais, que reafirmavam a identidade de lugar enquanto sistema social unificado e reiteravam os laços sociais no âmbito da freguesia, eram ainda marcadas por uma intensa luta pelo prestígio entre os seus membros, funcionando, também, como um signo de prestígio colectivo do lugar. Nesse sentido, a participação nelas era assumidamente transversal a todos os grupos sociais, prestando-se os mais ricos a auxiliar com géneros e dinheiro para a confecção do bodo<sup>10</sup>. Segundo um jornal terceirense, no ano de 1886, contaram-se nos dois concelhos da Ilha, com excepção das 4 freguesias da cidade de Angra, 34 Impérios que distribuíram 110 moios de trigo em pão. Só as freguesias da cidade distribuíram nesse mesmo ano 2790 esmolos de pão e carne e gastaram 22 moios de trigo em esmolos e ofertas<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Pedro de Merelim (1983), *Freguesias da Praia. Santa Cruz (vila/cidade), São Brás, Quatro Ribeiras e Vila Nova*, vol II, Angra: DRAC, pp. 504-507.

<sup>9</sup> João Duarte de Sousa, *Idem*, p. 77.

<sup>10</sup> Gabriel de Almeida (1889), *Fastos Açorianos*, pp. 23-46, João Leal (1991), “Ritual e estrutura social numa freguesia açoriana. As festas do Espírito Santo em Santo Antão (São Jorge)”. in Brian Juan O’Neill e Joaquim Pais de Brito (orgs.) *Lugares de Aqui*, Lisboa: D. Quixote, pp. 35-46, com trabalho de campo realizado sobretudo em Santa Maria, *idem* (1994), *As Festas do Espírito Santo nos Açores, um estudo de antropologia social*, Lisboa: D. Quixote.

<sup>11</sup> Dados referidos por Frederico Lopes (1958), “Memória sobre as Festas do Espírito Santo na ilha Terceira dos Açores”, in *BIHIT*, vol XV, p. 10. Sem nunca perder as suas características de festa do povo, as festas do Espírito Santo, com a sua parte religiosa e profana, foram sofrendo um processo de crescente normatização e regulamentação escrita por parte das autoridades eclesiásticas. Nas conferências religiosas realizadas na Terceira

Se nas zonas rurais as festas eram mais claramente transversais aos vários grupos sociais, em cidades como Angra e em vilas como a das Velas, a separação entre os dois mundos e a concentração de notáveis fazia com que surgissem lugares de distinção como os *Impérios dos Nobres*, restritos a meia dúzia de parentelas de morgados e de fidalgos, que assim marcavam o ascendente e assumiam práticas de caridade sobre os mais pobres. No entanto, a lenta dissolução destes grupos ao longo do século XIX fez decair estas tradições que continuam por merecer um trabalho mais aprofundado.

As práticas de sociabilidade que decorriam nas freguesias restringiam-se normalmente aos membros da comunidade local e a alguns escassos convidados. Elas decorriam num cenário maioritariamente camponês, onde se poderia ver também o padre, o professor primário, os pequenos notáveis, grandes lavradores e proprietários locais, e alguns convidados ocasionais. Na verdade, estes acontecimentos nunca tocavam as franjas mais escolarizadas das vilas ou dos fidalgos de Angra, que só por apadriñamento ou curiosidade desciam a participar. Só no caso de algum grande lavrador e influente convidar uns poucos de funcionários, o administrador do concelho, algum morgado mais bonacheirão é que a mistura interclassista se manifestava mais forte. Em grandes romarias, como as que sucediam na ilha Terceira, na Serreta, nas Lages e nos Biscoitos, todas as três associadas ao culto mariano, é que víamos as fronteiras geográficas e de classe esbaterem-se claramente. Na Serreta, a festa de Nossa Senhora dos Milagres, era acompanhada por várias famílias da elite de Angra, que

---

em 1892, o clero presente foi da opinião de que convinha evitar os abusos que se praticavam nestas festividades. Eram por exemplo, indecentíssimas as mudanças de coroa feitas à noite, à luz de archotes, com as raparigas em cabelo, oferecendo a todos um espectáculo vergonhoso. O vigário do Raminho ia mais longe e dizia que estas festas eram o grande espinho do pároco e, por isso, lembrava a todos que fossem escrupulosos em examinar se bailavam diante da coroa, fazendo sentir a inconveniência de um tal procedimento. O vigário de Porto Judeu, por sua vez, dizia que devia haver uniformidade entre os párocos acerca deste assunto e uma maior coordenação com as autoridades civis. E recordou que quando paroquiava em São Miguel encontrara uma ordem da autoridade administrativa sobre estas festas, em virtude da qual sabendo-se que em alguma casa havia baile ou falta de respeito para com a coroa, o regedor acompanhado pelo pároco ia a casa do imperador tirava a coroa do altar e leva-a para a Igreja paroquial. Referiu também que se devia proibir o pedir esmolas com a coroa. As coroações em casa e fora das igrejas deviam, igualmente, ser combatidas por uma nova pastoral diocesana. Veja-se as *Actas das Conferências Religiosas do Clero da Ilha Terceira do Bispado dos Açores realizadas sob a presidência do Exm<sup>o</sup> e Rvm<sup>o</sup> Prelado Diocesano na cidade de Angra do Heroísmo nos dias 12, 13 e 14 de 1892*, Angra: Tip. Minerva da Livraria Religiosa.

ali veraneavam e que normalmente estavam associadas à organização das festividades. Em todas elas, à procissão e ao culto religioso juntavam-se a actuação da filarmónica local, a tourada à corda promovida pelos mordomos da festa e o bodo de leite<sup>12</sup>.

Os dois mundos dos pequenos e dos grandes notáveis, dos senhores das freguesias e das vilas e dos grandes burgueses e fidalgos da cidade misturavam-se, de novo, nos jantares preparatórios das eleições e nos repastos que se seguiam a toda e qualquer festividade eleitoral. Nessas alturas o governador civil percorria o distrito e visitava as diferentes ilhas acompanhado pelas notabilidades locais. Parte do ritual era feito em jantares e almoços com os influentes e galopins reunidos em torno da mesa, à volta da alcatra de carne, do arroz doce e do copo de vinho. Quando era preciso ganhar uma freguesia rebelde, demonstrar e manter a preponderância em algum lugar, o notável urbano, o fidalgo das boas maneiras ou o negociante respeitável condescendia em nivelar-se com o povo rude que metia as mãos no prato, arrotava, clamava alto por mais, bebia em exagero e fazia toda a casta de ruídos e comentários jocosos durante a refeição.

A fractura entre o novo mundo urbano e letrado e o velho mundo camponês era suficientemente forte para fazer com que um lavrador riquíssimo e rústico nunca pisasse as alcatifas dos salões da *Assembleia Angrense*, ainda que fosse tão abastado como alguns dos seus membros mais endinheirados. Mesmo os compartimentos mais simples das sociedades populares de artistas, onde se juntavam as classes médias mais pobres, a pequena burguesia e os artesãos, seriam para este homem um universo estranho, onde a *hexis* corporal, as regras de reconhecimento, a linguagem e as discussões não passariam pelos seus padrões e referências.

O único acontecimento que juntava estes dois mundos eram as touradas à corda, que no século XIX apenas tinham lugar na ilha Terceira. As touradas eram um palco para demonstrações de força, de destreza, e para as relações entre classes segundo o velho modelo paternalista e hierárquico. Apesar de serem frequentadas por todos os grupos sociais, tanto urbanos como rurais, não podemos daqui inferir apressadamente a conclusão de que estas eram uma espécie de espaço igualitário. Só aparentemente a tourada era um espaço sem distinções de classe. A marca do ganadeiro que apresentava os touros, a presença das suas equipas, dos seus pastores, ou a sua própria presença pessoal criavam logo diferenças, dando-lhe visibi-

---

<sup>12</sup> Luís da Silva Ribeiro 1981 (1947), “Romarias Terceirenses”, In *Obras*, vol III, Angra: Edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 87-97.

lidade e notoriedade. Por exemplo, nos finais do século, o morgado e grande ganadeiro, Francisco de Paula de Barcelos Machado Bettencourt, era presença constante nestes festejos e a bravura dos seus animais muito discutida, o mesmo sucedendo com os touros dos rústicos e abastados lavradores José Francisco Aurora e José Corvelo, cujo gado crescia em gordura e músculo nas tenras pastagens da Terra Chã e do Posto Santo<sup>13</sup>. Do mesmo modo, ganadeiros e proprietários importantes promoviam touradas particulares nos pátios das suas quintas de São Carlos e Terra Chã ou em romarias, onde surgiam como mordomos da festa. Por exemplo, em 1895, a *afición* do morgado Francisco de Paula de Barcelos irá ao ponto de o fazer desafiar a própria lei, promovendo no Pátio da sua Quinta do Rosário uma corrida de touros de morte, perante a indiferença das autoridades<sup>14</sup>.

Entre os senhores de gravata da cidade, as suas esposas e filhas, que de um balcão seguro observavam o touro, e os camponeses descalços que corriam fugindo das investidas do animal, as diferenças estavam novamente bem claras. Alguns notáveis podiam estar presentes por serem ainda donos de uma antiga casa de família, reproduzindo-se assim a deferência com que os camponeses tratavam os senhores das vilas e cidades, ou podiam ser apenas os convidados de um proprietário influente da freguesia. Outros ainda eram os representantes, igualmente, falidos, do velho mundo marialva. No caso dos lugares ao redor de Angra a afluência manifestava-se mais forte com toda uma pequena burguesia ruidosa, que se queria mostrar em alegre mas distanciada convivência com o povo descalço dos campos. A tourada manteve todo este lado castiço, marialva e plebeu, num culto que se prolongou pelos séculos e que inclusive se espalhou pelas ilhas vizinhas de São Jorge e Graciosa nas décadas de 1930 e 1940.

Claramente aristocráticas eram *cavalhadas* e algumas touradas a cavalo que durante séculos ocuparam a Praça Velha de Angra, em frente aos Paços do Concelho, durante as concorridas Festas de São João. Estas *Cavalhadas* iniciavam-se com um cortejo dos mais aprumados e ajaezados cavalos e dos mais elegantes e fidalgos cavaleiros. Ele corria as principais ruas da cidade e prolongava-se em vários exercícios equestres para espanto da população, deslumbrada com tanto lustre. Estes festejos eram

---

<sup>13</sup> João Ilhéu (1929), *Touradas e Romarias*, Tip. Editora Açoriana, pp. 81, 114-115, Pedro de Merelim (1986), *Tauromaquia Terceirense*, Angra: Edição da Delegação de Turismo de Angra do Heroísmo, pp. 63-283.

<sup>14</sup> Pedro de Merelim (1986), *Tauromaquia Terceirense*, pp. 225-233.

declaradamente mais aristocráticos e selectivos durante as décadas de 1830 a 1860, antes do surgimento definitivo das primeiras praças de touros e da organização dos primeiros empresários profissionais ligados a esta actividade. Nestas décadas, a sua organização estava ainda concentrada nas mãos dos mais importantes fidalgos da cidade, aos quais se juntava umas poucas famílias de grandes lavradores e proprietários, como os Parreira. Na vila das Velas idênticas festividades tinham lugar pelo mesmo Santo, embora não atingissem a grandeza e a riqueza das de Angra. A última *Cavalhada* realizada nas Velas, em 1855, teve 24 lidadores, organizados em dois partidos, chefiados por homens da nobreza da Ilha, o dr. José Soares Teixeira de Sousa, também administrador do concelho, e o capitão António da Silveira de Ávila, grande proprietário, marialva e ganhador, descendente de uma antiga dinastia de homens da governança e de capitães mores<sup>15</sup>. Em Angra as *Cavalhadas* persistiram por mais umas décadas. Em 1892 um escol de amadores organizava uma *Cavalhada* à antiga. Dentro destes grupo de entusiastas encontrávamos ainda alguns velhos apelidos fidalgos: em boa parte eles eram descendentes de antigos morgados agora ligados ao funcionalismo público. Contudo, se o percurso das festividades atravessou a cidade como era seu hábito, o destino final não foi a Praça Velha no centro de Angra, entre os paços do concelho e as varandas da antiga casa do morgado João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda, ornadas de colchas da índia, mas a mais prosaica praça de touros de São João, à Canada Nova, onde os lugares eram vendidos a uns poucos de centos de réis<sup>16</sup>.

A padronização e especialização dos espaços públicos urbanos, com a construção definitiva de uma praça de touros, retirou esta prática do centro da cidade, estabelecendo ao mesmo tempo uma maior frequência e profissionalização nos espectáculos. Estes marcavam outra cisão entre o divertimento dos camponeses e o dos senhores da cidade que, sentados na sombra dos seus camarotes, viam as estrelas locais e importadas a picar e a pegar os touros. No entanto, quer os lavradores mais abastados e letra-

---

<sup>15</sup> José Cândido da Silveira Avelar (1902), *Ilha de São Jorge, Açores, Apontamentos para a sua História*, Horta: Tip. Minerva Insulana, pp. 24-25 e João Duarte de Sousa 1898 (1992), *Reminiscências Velenses*, pp. 80-81.

<sup>16</sup> Um trabalho mais detalhado sobre as *Cavalhadas* e os seus protagonistas poderia fornecer-nos dados interessantes sobre as estratégias e as práticas de distinção e sobre a evolução e transformação dos grupos aristocráticos da cidade de Angra. Infelizmente, este é mais um tema à procura de historiador apesar da existência de algum material publicado em Pedro de Merelim (1986), *Tauromaquia Terceirense*.

dos vinham às touradas de praça, descendo nas suas charettes em direcção a Angra, quer os senhorinhos das vilas e da cidade iam às freguesias observar os campónios a correr pelos largos e pelas canadas provocando e fugindo dos touros. A primeira praça surgiria na cidade de Angra, em São Sebastião, nos inícios da década de 1850, sendo posteriormente demolida para neste local se instalar a feira de gados. Após a construção de outros recintos precários, em 1870 estava já terminada a praça de São João, à Canada Nova. A esta juntar-se-ia, em 1894, a praça do Espírito Santo, destruída por um incêndio em 1900. Na Praia, em 1905, nos terrenos do antigo convento de Jesus, era fundada a primeira praça de touros desta antiga vila: a Praça do Bonfim. Todas elas foram iniciativa de grupos de pequenos accionistas que agregavam proprietários, funcionários públicos e pequenos e médios comerciantes, sendo exploradas por empresários que juntavam, normalmente, a esta actividade outros interesses nos negócios e mesmo na criação de gado<sup>17</sup>.

Nas vilas e na cidade de Angra o *habitat* e a vivência quotidiana estavam profundamente penetrados pelas marcas da ruralidade, demonstrando a existência de uma sociedade, onde a terra e a propriedade eram ainda parte decisiva na forma como se construía a distinção entre os indivíduos e as famílias. Os redutos das casas, formando amplos quintais e hortas, as ruas irregulares e os balcões exteriores de algumas habitações denunciavam a presença do campo. Surgiam mesmo quintas de laranjeiras dentro das vilas com casas de boa lavra incorporadas. As *casas palhaças* também apareciam aqui em algum número, como a habitação dos mais pobres, ou servindo de anexo agrícola. As residências mais opulentas possuíam o seu *granel* próprio, e nos seus limites muitos moradores cultivavam pequenos tratos de terra, normalmente aforados a um qualquer membro da elite terratenente tradicional. Muitos dos habitantes das vilas, incluindo comerciantes ou elementos do pequeno corpo de funcionários públicos, eram simultaneamente proprietários de terras nas freguesias rurais,

---

<sup>17</sup> Veja-se, por exemplo: Félix José da Costa (1867), *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores). Os seus títulos, edifícios, estabelecimentos públicos*, Angra: Tip. do Governo Civil, pp. 82-83; Gervásio de Lima (s/d), *Festas de São João na Ilha Terceira*, Angra: Tip. do Diário Insular; Vitorino Nemésio (1945), *Mau Tempo no Canal*, Lisboa: Bertrand, pp. 390-398; Luís da Câmara Reis (1907), "A Ilha Terceira pitoresca", in *Cartas de Portugal (para o Brasil), 1906-1907*, Lisboa: Livraria Ferreira Editora, pp. 261-290; e Luís da Silva Ribeiro (1947), "Touradas" e O São João", in *Obras*, Vol. III, pp. 87-90 e 119-124, Pedro de Merelim (1983), *Freguesias da Praia*, vol II, pp. 522-524 e (1986), *Tauro-maquia Terceirense*, pp. 63-263.

e os que não estavam nessa situação tinham alguns bocados de terra, própria, arrendada ou aforada, um reduto de quintal, uma quinta de pomar, onde cultivavam alguns géneros indispensáveis à auto-subsistência alimentar das suas famílias.

Contudo, o século XIX trouxe novas perspectivas. Por um lado, os desenvolvimentos no traçado das vilas e no seu *habitat* foram notáveis; por outro, verificou-se uma maior centralização dos poderes, devida principalmente à crescente penetração do Estado e à maior integração do espaço económico, um fenómeno que fez crescer o emprego público e os serviços ligados ao comércio. As vilas tornavam-se cada vez mais próximas dos princípios urbanos e burgueses, sem perderem nunca o seu contacto e as linhas de continuidade com o campo que as rodeava. Vamos, portanto, assistindo a uma diversificação dos consumos dos habitantes das vilas, que os vai diferenciando dos habitantes das freguesias, e a um crescimento da troca de bens, serviços e informações com o exterior, centralizada nestes espaços. As vilas passavam a estar iluminadas, as suas ruas regularizadas e em razoável calçada, ligadas ao mundo pelo cabo submarino e pelo volta do vapor. Contudo, o mundo dos pequenos artífices e empregados, caixeiros, criados, ferreiros, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, ourives, etc, era ainda escasso, assim como o mundo dos empregados públicos e dos médicos, advogados ou farmacêuticos. Ele apenas atingia algum peso em Angra.

Na década de 1850 apareceram as bibliotecas populares e o livro começou a difundir-se entre as camadas intermédias das elites rurais, as classes médias e a pequena burguesia urbana. Embora a rede escolar ainda manifestasse uma grande debilidade, cobrindo muito incompletamente o País, intensificou-se a produção jornalística, eco das lutas entre as facções que disputavam o poder local, meio de socialização política, social e cultural assinalável, que funcionava, ainda, como o principal veículo de introdução e debate das ideias mais reformistas. No final da década de 1860 existiam na cidade de Angra seis tipografias, sendo uma delas pertença do Governo Civil. Das outras cinco, duas têm claramente um cunho político, já que imprimem os dois principais jornais dos dois maiores partidos: a tipografia do *Angrense* (histórico) e a tipografia da *Terceira* (regenerador). As restantes três faziam um trabalho mais irregular e menos articulado com os grandes grupos de poder<sup>18</sup>. Na década seguinte co-

---

<sup>18</sup> Félix José da Costa (1867), *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores)*, pp. 141-143. Em 1863 eram proprietários da tipografia do Jornal *A Terceira* José Maria Sieuve de

meçariam a surgir jornais um pouco por todas as ilhas do arquipélago. Eles manter-se-ão ao longo de décadas, de forma intermitente, e servirão de veículo às principais facções políticas locais.

Para além dos melhoramentos materiais e de novas regras no uso dos espaços públicos que iam surgindo nas várias vilas da Terceira, São Jorge e Graciosa eram abertos locais de convívio e de lazer tipicamente oitocentistas. Os novos espaços de sociabilidade burguesa, como os teatros e os clubes, acabariam por invadir todos os pequenos meios urbanos, dotados de alguma importância e de classes médias e elites locais com aspirações à exibição da modernidade do século. Este processo de expansão e de uniformização dos consumos e das visões do mundo foi conduzindo a uma crescente unificação cultural das elites sociais, embora nunca tenha alterado o fosso entre o centro e a periferia, nem entre o rural e o urbano.

Quer as Velas, Santa Cruz da Graciosa, a Praia da Vitória, quer mesmo a pequena vila da Calheta, tiveram o seu teatro, templo da cultura burguesa por excelência. As primeiras representações em várias destas localidades começaram na primeira metade do século XIX em armazéns e casas de gente abastada levadas a cabo por grupos de amadores locais, que agregavam um pequeno lote de comerciantes, padres, seminaristas, morgados, proprietários, mestres-escola e funcionários públicos. Porém, elas só ganham mais consistência a partir de inícios da década de 1860, dando origem a empreendimentos nem sempre de grande sucesso<sup>19</sup>. Com frequência o Teatro era a adaptação de parte de um edifício conventual, onde o histrionismo dos velhos sermões barrocos tinha dado lugar ao movimentado jogo gestual dos dramas burgueses, adaptando tragédias e enganos cómicos de amores frustrados e da vida quotidiana. Assim sucedeu com o Salão Teatro Praisense, fundado em 1861 e que funcionava na antiga Igreja do extinto convento de São Tomás da Vila Nova, e com o teatro da vila das Velas, fruto de uma adaptação do antigo convento de Nossa Senhora do Rosário<sup>20</sup>.

---

Meneses e José Inácio de Almeida Monjardino, cf João José de Sousa Teles (1864), *Anuário Português Científico, Literário e Artístico*, Lisboa: Tip. Universal, p. 35.

<sup>19</sup> Para Angra e Praia da Vitória veja-se Miguel Forjaz (1950), *A Arte de Talma Terceirense*, Angra: Tip. União, p. 9, especificamente para a Praia Pedro de Merelim (1983), *Freguesias da Praia*, vol II, pp. 504-507; para a Calheta Padre Manuel Azevedo da Cunha (1981), *Notas Históricas*, vol. I, pp. 397-400 e 404-408 e João Gabriel de Ávila (1993), *A Vila das Velas na História das suas Ruas*, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 223-226.

<sup>20</sup> Pedro de Merelim (1983), *Freguesias da Praia*, vol II, pp. 504-507; José Cândido da Silveira Avelar (1902), *A Ilha de São Jorge, Açores*, pp. 272-274.

Nas vilas das pequenas ilhas, os bailes em casas particulares, à beira do piano e sob o improvisado de alguns amadores, eram outras tantas maneiras de passar o tempo, sobretudo para a elite intermédia de médios proprietários, empregados e negociantes locais. Como escrevia um autor natural de São Jorge, referindo-se à vila das Velas nas últimas décadas do século XIX, as “folgas e os antigos *balhos*, pode dizer-se que acabaram há muito. Isso que ainda hoje se arrasta com indolência nos sobrados e se canta ao piano ou à guitarra, ou mesmo à viola, já não é o *balho* antigo, pulado com animação e entusiasmo no *terreiro* e cantado francamente à chusma alegre e vibrante da viola e da rabeca”<sup>21</sup>. Para além destes acontecimentos, havia ainda os casamentos, festas do Espírito Santo e outras celebrações religiosas que num meio cerradamente católico marcavam o quotidiano das pequenas vilas.

Apesar das tentativas para criar clubes fechados e aristocratizantes à semelhança dos existentes nas principais cidades, normalmente patrocinadas pelos principais morgados e fidalgos, estas nem sempre foram coroadas de êxito. Por exemplo, o *Club Velense* foi fundado no ano de 1859 no extinto convento de Nossa Senhora do Rosário, anexo ao Teatro. Ele tinha como finalidade “o decente recreio e honesta convivência dos sócios e famílias”. Neste *Club* preparou a “melhor sociedade velense” vastos salões para baile e teve uma biblioteca que recebia os principais jornais do país e do estrangeiro. Um periódico da Horta descreve-o da seguinte forma em 1864: “todas as noites se reúnem ali muitos cavalheiros da terra e não é raro ver cheias quatro mesas de voltarete.(...) A sociedade deu o seu baile de instalação no domingo de Páscoa, e segundo as informações esteve brilhante e animado. Concorreram perto de 40 senhoras e 60 cavalheiros (...) de diversos pontos da ilha e alguns da do Pico. Durou toda a noite, e a última Polka terminou aos raios de sol. Tocou a filarmónica da Calheta que o sr. Cunha da Silveira também organizou oferecendo-lhes os instrumentos precisos. (...) O gabinete de leitura não é menos concorrido; mas o que há a notar é que as desinteligências tão naturais em terras pequenas são inteiramente esquecidas dentro daquele recinto. Pode dizer-se que ali é a mansão da paz”<sup>22</sup>. Todavia, o *Club Velense* não durou muito tempo: o seu carácter exclusivo e mesmo elitista, o desinteresse dos

<sup>21</sup> João Duarte de Sousa 1992 (1898), *Reminiscências Velenses...*, p. 35.

<sup>22</sup> *Atlântico*, nº de 31 de Março de 1864, citado por João Gabriel de Ávila (1993), *A Vila das Velas na História das suas Ruas*, Angra: Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 223-226.

sócios, o pequeno universo que poderia abranger e as lutas políticas fizeram-no definir até ao seu fim em 1873<sup>23</sup>.

As poucas famílias que nestas ilhas pertenceriam à elite de distrito eram suficientemente ricas para passar temporadas em Angra, Ponta Delgada ou mesmo em Lisboa. Durante as temporadas em que estavam em São Jorge ou na Terceira, organizavam alguns bailes e jantares onde a sociedade local mais selecta se juntava. Contudo, a sua trajectória social e os percursos familiares foram-nas afastando das ilhas e estas reuniões diminuindo em intensidade e número de participantes.

Não é, pois, de estranhar que os filhos do barão da Urzelina, criados pela vibrante imaginação de Vitorino Nemésio, viajassem pela Europa fora e mantivessem contactos regulares com as elites das outras ilhas e do continente, muito mais raros no tempo dos seus pais e avós<sup>24</sup>. Nem mesmo que a educação dos jovens, depois de passar pelas mãos de uma perceptorá particular contratada no continente, fosse feita no exterior, nos principais colégios dos grandes centros urbanos. Em 1874, o maior proprietário da ilha de São Jorge, o dr. José Pereira da Cunha da Silveira, retirava-se para Lisboa, dado que a educação de seus filhos não permitia a sua permanência na ilha<sup>25</sup>. As visitas da família a São Jorge eram todavia bastante regulares e prolongadas e, passados uns anos, depois de acabados os estudos liceais do filho, o conselheiro Cunha regressaria às Ilhas.

É comum encontrarmos notícias nos jornais locais das partidas e das chegadas no *Açor* dos grandes morgados das pequenas ilhas, dos fidalgos de Angra e de alguns grandes negociantes. Por ocasião destas viagens iam sendo comprados móveis, livros, plantas ornamentais para embelezar os jardins e parques das suas quintas, e novas culturas para reprodução nos seus prédios; as suas redes de relações com as elites de Lisboa e das outras ilhas iam-se desenvolvendo em bailes, serões, teatros e óperas, que os desenfasiavam da vida que lentamente fluía nas ilhas, ao sabor do pesado ca-

---

<sup>23</sup> Para além de José Cândido da Silveira Avelar (1902) e João Duarte de Sousa (1897) e (1898), cf. João Gabriel de Ávila (1993), *A Vila das Velas na História das suas Ruas*, pp. 223-226. O *Club Velense* deverá ter sido durante alguns anos um importante local de sociabilidade, tendo também, provavelmente, o seu cunho político, que todavia, nunca é explicitado por nenhum comentador. Mas a sua dependência face à família Cunha da Silveira e as guerras da política local podem bem ter ajudado ao seu atrofamento. A verdade é que ele estava albergado num edifício, propriedade de José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, o chefe Histórico e mais tarde Progressista, que o cedeu à sociedade da qual foi o principal promotor e presidente.

<sup>24</sup> Vitorino Nemésio (1945), *Mau Tempo no Canal*, pp. 339 e 344.

<sup>25</sup> João Duarte de Sousa (1897), *A Ilha de São Jorge*....., p. 70.

pacete de nuvens e do torpor húmido que as envolvia. Na periférica São Jorge, o morgado Miguel Teixeira Soares de Sousa, trazia e aclimatava plantas exóticas, ensaiando ainda adubos e outras novidades técnicas. O seu irmão, o erudito João Teixeira Soares de Sousa, correspondia-se com Ernesto do Canto e, na sua confortável casa da Fajã de Santo Amaro, escrevia na leve indolência de alimentado pelo primogénito pequenos ensaios históricos, sendo ainda dono de uma ampla e actualizada biblioteca que contava com os mais recentes volumes publicados em Paris.

Para além da maior abertura ao exterior, o século XIX trazia consigo o espírito das Luzes, uma fé inabalável no progresso, na ciência e um renovado interesse em relação às tradições populares. Os assuntos científicos e o coleccionismo tornavam-se um passatempo para vários indivíduos das elites mais abastadas, servidos por uma abundante literatura da especialidade encomendada fora da ilha, e trazida ao ritmo da carreira do paquete. Não eram só a botânica, a introdução e o aperfeiçoamento de culturas e plantas ornamentais, eram as recolhas do cancioneiro local<sup>26</sup>, da história das ilhas e do arquipélago, que começavam a interessar a alguns dos mais cultos e desafogados. Embora com algum atraso, os seus consumos e os seus interesses não diferiam muito dos que encontramos no resto do território nacional e, apesar do isolamento dum espaço ultraperiférico, eles acabavam por chegar, com meses de atraso, tal como, as revistas com as últimas modas de Paris que se destinavam às suas irmãs, mães e esposas.

Na Graciosa as mudanças eram também visíveis. Ao contrário do que se possa pensar, os morgados desta pequena ilha tinham uma situação muito desafogada em boa parte devido à produção local de vinho<sup>27</sup>. No fim da década de 1840 o autor de uma monografia escrevia que as casas iam principiando a ser mobiladas pelo gosto moderno e com alfaias delicadas, tais como pianos e mobílias modernas. Na vila de Santa Cruz as casas dos morgados Raimundo Martins Pamplona Corte Real, João Inácio de Simas e Cunha, Francisco da Cunha Silveira de Bettencourt e a do capitão-mor José João da Cunha Vasconcelos sobressaíam pelo tamanho e pelas comodidades que já ofereciam. Por esses anos do final da década de 1840, existia em Santa Cruz um pequeno teatro improvisado, de acanha-

<sup>26</sup> Podem citar-se as realizadas por João Teixeira Soares de Sousa e posteriormente editadas no *Cancioneiro Popular dos Açores* do seu amigo Teófilo de Braga.

<sup>27</sup> Nas décadas de 1850 a 1870, na sequência das destruições provocadas pelo *oidium* a Graciosa chegou a ser a única ilha capaz de produzir vinho em quantidades razoáveis e a baixo preço para o mercado regional.

das proporções, mas devidamente equipado e que era mantido por um escolhido número de amigos e de curiosos. Do mesmo modo, estava já de pé uma “casa de assembleia” para passatempo da elite local<sup>28</sup>. Contudo, e tal como em São Jorge, na Graciosa, igualmente se registou o mesmo movimento de lenta extinção e de retirada das antigas elites para os meios urbanos mais próximos.

Ao mesmo tempo que as velhas elites se retiravam ou diluíam em novos grupos dominantes, iam surgindo diferentes modos de sociabilidade e de ocupação do lazer, fruto da apropriação e transformação pelas classes médias das periferias das formas de sociabilidade burguesa. No entanto, as associações fundadas no final do século já pouco se relacionavam com o modelo de reprodução das famílias de elite e eram, sobretudo, dirigidas a uma clientela masculina, urbana e pequeno-burguesa, que aqui exercitava os dotes musicais em filarmónicas, formava pequenos grupos cénicos, jogava as suas cartas, o bilhar ou o dominó entre um copo de vinho de cheiro, uma aguardente e dois dedos de conversa. Em 1900 fundou-se nas Velas a *Sociedade Nova Aliança*. Entre os sócios fundadores nem um único nome surge vinculado a alguma das velhas famílias de morgados e grandes proprietários. Eram esmagadoramente pequenos lojistas e artesãos, agentes de representações, comerciantes, ricos armadores da pesca da baleia e pequenos funcionários públicos ou solicitadores ocasionais. Na lista de 1912, quando são assinados os estatutos, apenas se destacava o nome de Álvaro Soares de Albergaria e Mesquita, um pequeno funcionário, filho de um antigo administrador dos correios das Velas, provedor da Misericórdia e pequeno notável local, aparentado com algumas famílias da melhor nobreza da ilha. Álvaro foi várias vezes administrador do concelho e presença constante nas vereações. Com o seu carácter folgazão, animava ainda uma irmandade de São Martinho dedicada aos festejos báquicos da pipa e dos petiscos, mas a sua fortuna era já muito reduzida e Álvaro vivia do salário e de pequenos negócios e tarefas de solicitador<sup>29</sup>.

Na Terceira e em São Miguel as elites concentravam-se e residiam esmagadoramente nas cidades de Angra e Ponta Delgada ou em alguns lu-

---

<sup>28</sup> Félix José da Costa (1845), *Memória Estatística e histórica da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares, pp. 61-62.

<sup>29</sup> João Gabriel de Ávila (1993), *A Vila das Velas na História das suas Ruas*, pp. 231-232, e José Leite Pereira da Cunha da Silveira, *Os Silveiras de São Jorge*, inédito, gentilmente cedido ao autor para consulta. Sobre as irmandades de São Martinho veja-se Luís da Silva Ribeiro 1981 (1947), “Festas de São Martinho”, in *Obras*, Vol. III, p. 639.

gares dos arrabaldes próximos. As repartições distritais, o porto, o comércio, em suma a intermediação com o exterior fazia-se nestes centros, onde também chegavam as novas ideias e as mais recentes novidades da tecnologia e do consumo. A centralização dos poderes e a necessária ligação ao aparelho político - imprescindível para uma eficaz continuidade das posições sociais do grupo - obrigavam a uma maior permanência nos meios urbanos, com o seu extenso rol de comodidades, hábitos e distrações. No caso da Terceira, os únicos poderosos que residiam permanentemente fora dos seus limites eram alguns grandes e muito abastados lavradores que, embora ricos, tinham um papel secundário na gestão do poder e dos circuitos de relações entre centro e periferia, dominando apenas nas zonas rurais envolventes à sua área de residência. A vila da Praia da Vitória, embora fosse o segundo centro populacional do distrito, com os seus 3000 habitantes e uma vasta, importante e rica zona agrícola, era claramente secundária. As grandes fortunas da terra e dos negócios e os homens de influência a nível da ilha Terceira ou do distrito, concentravam-se em Angra. Na Praia, ficavam alguns notáveis com influência no concelho, um grupo alargado e muito abastado de grandes lavradores, uma classe média e uma pequena burguesia que teve desde cedo um papel importante na política local.

### **3 - Os espaços de residência**

Para quem morava em Angra, as temporadas e fins de semana nas quintas de São Carlos e do Caminho do Meio eram frequentes sempre que os negócios amainavam ou o calor chegava. No Verão, o tempo húmido e abafado da cidade fazia com que muitas famílias abandonassem as suas casas por períodos relativamente irregulares. Os senhores de Angra estendiam-se, então, preguiçosamente em cadeiras de verga pelos terraços, jardins, pequenas torres e mirantes que deitavam para o mar.

Na Terceira, quase ninguém de entre os ricos e poderosos da elite de distrito morava nas freguesias rurais. Somente, nas ilhas mais pequenas, muitas das famílias mais abastadas residiam por longos períodos nas povoações rurais, onde tinham vastas propriedades e amplas moradias, permanecendo escassos meses seguidos nas vilas. Não é, por isso, estranho que, por exemplo em São Jorge, se encontrem amplos edifícios nas freguesias da costa sul - na Urzelina, Fajã de Santo Amaro, Terreiros ou Ribeira Seca -, a grande maioria dos quais construídos nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, uma época em que a exportação do

vinho garantiu rendimentos elevados às famílias da elite tradicional, antes de ser liquidada pelo *oidium* na década de 1850.

No caso de São Jorge, o ano era passado num constante vaivém entre as várias residências. Durante muitos meses residia-se nas freguesias, até que uma eleição para algum cargo político ou outro, ou uma reunião da vereação, ou a simples vontade de mudar de lugar fazia as famílias deslocarem-se para a casa da vila. Mas eram principalmente os períodos de Verão que se passavam fora. Esta rotatividade seria encorajada por um tipo de exploração da terra que, embora baseando-se no arrendamento e em menor grau no aforamento de parcelas, vivia também da exploração directa de parte das terras que a elite terratenente local detinha. Contudo, à medida que o século chegava ao seu fim, começávamos a ver os grandes contribuintes prediais a residir quase permanentemente nas vilas, abandonando as suas povoações de origem. Ao nível global do território do distrito e de cada uma das ilhas, o último quartel do século XIX traz consigo uma nova configuração na distribuição espacial dos poderes, com uma crescente centralização nos principais pólos urbanos do arquipélago.

A rica e urbana fidalguia de Angra sempre habitou em boas e confortáveis casas. Mas se as residências dos morgados mantinham uma clara intenção de ostentar riqueza e status, as casas dos grandes negociantes eram normalmente mais modestas. No entanto, as excepções surgiam logo que o dinheiro se mostrava muito abundante. E basta pensar nas habitações de dois grandes negociantes das primeiras décadas do século XIX, Aniceto António dos Santos e João da Rocha Ribeiro, para vermos como os negócios e o viver nobremente já então se cruzavam<sup>30</sup>. Na segunda metade do século XIX e princípios do século XX algumas grandes famílias burguesas compraram casas de antigos fidalgos, como sucedeu no caso do comendador António de Mendonça e Menezes, no de João Nogueira de Freitas e no de José Joaquim de Oliveira Braz que adquiriu aos herdeiros do morgado Diogo Álvaro Pereira Forjaz de Lacerda uma ampla casa na Praça Velha. Para a posse de João Carlos Silva, capitalista e negociante, havia já passado a barroca casa de Aniceto António dos Santos<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> No entanto, nenhuma delas atingia o tamanho e a opulência das casas dos Canto e Castro, ao Corpo Santo, da de Santa Luzia, solar da família dos condes da Praia da Vitória ou do palácio da rua de São Pedro que por casamento passaria ao conde de Sieuve de Meneses.

<sup>31</sup> António Pedro Simões habitava uma confortável casa na Rua Direita, na mesma onde ficava a barroca residência que Aniceto António dos Santos construía para si e que depois passara à posse de João Carlos Silva. A casa do comendador António José Rodrigues

Décadas mais tarde, na viragem do século, as duas melhores e mais recentes casas de Angra eram a *Vila Maria*, construída pelo advogado e importante influente José Pimentel Homem de Noronha, e a moderna e faustosa residência do riquíssimo comendador João Jorge da Silveira Paulo, dono de várias roças de cacau e café em São Tomé e Príncipe, onde começou a sua vida como feitor de outro novo rico, o marquês de Vale Flor. O palacete do comendador, edificado em 1899, não ficaria deslocado numa qualquer das Avenidas Novas de Lisboa, com a sua arquitectura afrancesada e um pequeno jardim. Para construí-la, ao lado da igreja da Conceição e perto da enorme casa dos Canto e Castro, ao Corpo Santo, foi demolida a antiga casa dos Remédios, pertença dos herdeiros do arruinado barão e visconde de Noronha. Seguindo os hábitos locais o comendador, ao instalar-se em Angra, não se esqueceu de comprar uma quinta no Caminho de Baixo, à Silveira<sup>32</sup>.

Casas como estas eram, pois, a morada de membros importantes e bem relacionados das classes médias abastadas, ou então de grandes burgueses recém-chegados, capazes de um quotidiano de grande conforto e ostentação, e com estratégias de integração na elite já muito evidentes. Estas casas amplas e de novo estilo, assim como os seus proprietários, são uma boa demonstração da mudança verificada ao longo dos anos nas elites de Angra; mas para nos recordarmos do que também se reproduziu, basta referir que as duas famílias referidas, Silveira Paulo e Pimentel Homem de Noronha, se cruzaram entre si e com descendentes da fidalguia da cidade<sup>33</sup>.

---

Vieira Fartura situava-se na Praça da Restauração. Henrique Braz (1985), *Ruas da Cidade e outros Escritos*, p. 19, Alfredo da Silva Sampaio (1904), *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra: Imprensa Municipal, pp. 261-263, e Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas: Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910)*, especialmente o cap. III.

<sup>32</sup> Cf. Pedro de Merelim (1996), *Açorianos Ministros de Estado*, Angra: Ed. de Autor, pp. 26 e 28; O Comendador Silveira Paulo era ainda proprietário da Quinta das Furnas em São Domingos de Benfica. Veja-se ainda o curioso e enfático manuscrito de Olímpia Beatriz Homem da Silveira Noronha, intitulado “Manuscrito da Família Homem da Costa Pereira da Silveira Noronha Ponce de Leão do Continente, Madeira e Açores. Subsídios para quem quiser e melhor compor e completar este trabalho”, que para além de copiar abundantemente muitas genealogias de outras obras inclui comentários interessantes, especialmente as pp. 34, 78-80, 84-88; gentilmente cedido pelo sr. José Leite Pereira da Cunha da Silveira.

<sup>33</sup> Para o caso da riquíssima elite económica centrada em torno da cidade de Évora, veja-se a descrição de Helder Adegar da Fonseca (1996), *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa: Imp. Nacional, pp. 201-220 e o recente trabalho de Maria Ana Bernardo (2002) *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX: o Círculo Eborense*, Lisboa: Ed. Cosmos.

A residência funcionava como um objecto de investimento material e simbólico. Investimento simbólico porque constituía uma das formas de marcar a diferenciação e a distinção social, consagrando as hierarquias socialmente institucionalizadas, definindo o *status* da família e do indivíduo na sociedade local. Por motivos que se prendem não só com a pobreza, mas igualmente com a escassez de madeira de grande porte para matéria-prima, as casas dos morgados das ilhas de São Jorge e da Graciosa, até à viragem do século XVIII, não atingiam a grandeza dos solares que encontramos um pouco por todo o centro e norte do continente<sup>34</sup>. A sua pequenez tradicional, adaptada ao tamanho das ilhas e às necessidades de uma elite que vivia num universo inteiramente rural, foi desaparecendo, sofrendo a maior parte destas residências grandes alterações, desde finais do século XVIII até à segunda metade do século XIX. Nestas décadas a maior parte das principais casas da elite terratenente e tradicional eram já vastas e cómodas, incluindo, nos casos das que se localizam fora das vilas e de Angra, um vasto reduto que podia ir até à dezena de hectares, além de dependências agrícolas diversas: granel, eira, cavalariças, casa para o alambique, etc<sup>35</sup>. Construíram-se, na maior parte delas, jardins e estufas com espécies exóticas ao gosto da época, seguindo uma tendência generalizada de paixão pela botânica que atravessa as elites açorianas do período; ampliou-se o número de quartos e os salões, melhoraram-se os materiais, introduziram-se madeiras exóticas, estuques, mármore e estofos e abriram-se novos espaços dentro das habitações.

Para os ricos da Terceira os Verões passavam-se no remanso dos arredores da cidade, nas quintas da zona da Silveira, Caminho do Meio e São Carlos. Aqui se concentrava toda ou quase toda a elite de Angra, e as relações de vizinhança cimentavam outras relações entre as várias famílias. O

---

<sup>34</sup> Veja-se por exemplo, em São Jorge, os casos da “casa do Moio” na Urzelina, da família Pereira da Silveira e Sousa, com a sua curiosa e rústica pedra de armas, e da “casa de Nossa Senhora dos Milagres” na Ribeira Seca, da família Silveira d’Ávila. Ambas estas famílias monopolizaram os cargos de capitães mores de ordenanças durante a maior parte do final do Antigo Regime.

<sup>35</sup> A título de ilustração podemos referir a quinta de Santa Rita, nos Terreiros, propriedade de Miguel Teixeira Soares de Sousa, que tinha 2 moios de superfície (11,76 ha), a quinta dos Mistérios, na Queimada, de João Pereira da Cunha Pacheco, ou a casa do Moio na Urzelina, propriedade de António José Pereira da Silveira e Sousa, ambas com redutos que se ficavam por um moio (5.88 ha, ou ultrapassavam um pouco essa medida). Outro traço curioso em São Jorge e na Terceira era o facto das casas e mesmo das grandes propriedades, não servirem de marco para a identificação das famílias, sendo normalmente utilizada a qualificação de morgado e depois um apelido mais antigo e distintivo.

acesso e a pertença ao topo da pirâmide social desta ilha poderia mesmo ser medido através da altura de compra ou da posse, já com uma ou mais gerações, de uma quinta em São Carlos. O tipo de residência, a área da propriedade, os seus atributos e luxos eram outra das medidas possíveis<sup>36</sup>, dado que muitas destas propriedades não se ficavam por uma confortável residência e jardins ou pomares, podendo envolver uma componente agrícola mais forte. A organização do serviço doméstico, o emprego de criados e de um vasto leque de empregados, o trem da casa, a localização e o tipo de casa da cidade seriam outras das marcas que exteriormente eram utilizadas e que ainda hoje nos permitiriam estabelecer as diferenças e perceber o culto da distinção. Por exemplo, sabemos que quando o 1º conde da Praia da Vitória veraneava em São Carlos, na sua Quinta da Estrela, o dia da mudança da sua casa de Santa Luzia para a quinta era imponente e incluía um longo cortejo de criadagem e de trens para transportar a vasta prole de filhos dos seus dois casamentos e os seus respectivos pertences<sup>37</sup>. Cândido Pamplona Forjaz, reportando-se já aos primeiros anos da década de 1910, recorda nas suas *Memórias* os Verões passados na antiga Quinta do Caracol, que seu pai alugava à família Barcelos Coelho Borges, ou na quinta de sua avó materna em São Carlos. Segundo este mesmo autor muitas famílias de Angra iam, igualmente, passar três ou quatro semanas à Serreta para as festas de Nossa Senhora dos Milagres, ou embarcavam para a Graciosa, onde assistiam às vindimas nas suas propriedades<sup>38</sup>. Nestes dois últimos casos a continuidade com o mundo tradicional era maior e as comodidades oferecidas em menor escala.

Porém, a posse de quintas de veraneio no Caminho do Meio ou em São Carlos, zona aristocrática por excelência, não era, como vimos, uma característica apenas dos fidalgos, morgados ou seus descendentes, estando bem mais distribuída pelos vários segmentos da elite de distrito residente em Angra. Entre os grandes negociantes uma das marcas de fronteira social que os aproximava dos grandes morgados e os separava dos comerciantes, era precisamente a posse deste tipo de propriedades de recreio e cultivo de laranja. Tratava-se aqui de proceder à chamada reconversão dos capitais, fazendo-se com que o capital económico se transformasse

<sup>36</sup> A história de uma amostra significativa destas propriedades e dos seus sucessivos donos seria uma fonte de grande valor no estudo da reconfiguração das elites terceirenses. Mais uma vez temos um tema à procura de investigador.

<sup>37</sup> Cândido Pamplona Forjaz (1975), *Noutros Tempos, Outras Gentes*, pp. 43-44 e 51.

<sup>38</sup> Cândido Pamplona Forjaz (1984), *Memórias*, Angra do Heroísmo: Edição de autor, pp. 22, 49 e 52.

em capital simbólico e capital social. A distinção proporcionada por um padrão de vida nobre era meio caminho andado para entrar no grupo mais restrito da elite terceirense.

Por exemplo, George Philips Dart, rico negociante inglês ligado à exportação da laranja, habitou quase sempre uma confortável casa de morgado, a Quinta da Vinha no Caminho de Baixo, em São Carlos<sup>39</sup>, e outros grandes negociantes e burgueses como Fernando Rocha, Gabriel de Sousa Pereira, Henrique de Castro, Joaquim Luís de Magalhães, Frederico Augusto de Vasconcelos, Emídio Lino da Silva e seu irmão João Carlos da Silva foram proprietários de outras tantas quintas.

A reconversão continuada dos recursos económicos, a imersão num estilo de vida onde o lazer e o tempo livre jogavam papéis centrais e a partilha de espaços e práticas de sociabilidade irão transformando, ao fim de uma ou duas gerações, parte do grupo dos grandes negociantes, colocando-os num patamar mais alto a que já chamámos antes patriciado urbano<sup>40</sup>. Ao nível das categorias da época podemos ver bem essa passagem, quando estes grandes burgueses deixam de ser denominados por negociantes e passam a ser classificados como proprietários, vivendo já das rendas da terra e do crédito, mantendo uma ligação mais ocasional ao comércio. Para que a passagem para o patriciado urbano pudesse englobar uma completa integração na elite do distrito convinha que ela decorresse num processo relativamente longo, que durava duas ou três gerações. No caso da passagem ser feita de forma mais rápida, o burguês nunca conseguiria fazer desaparecer a aura de novo rico ou de “brasileiro” que pairava sobre si. Ao contrário do que pode sugerir um primeiro olhar, o patriciado urbano era um grupo bastante móvel. Se nas décadas de 1860 e 1870 ele agregava as famílias abastadas ligadas ao comércio da laranja, no final do século ele juntava as fortunas do álcool. Na verdade, havia sempre novo dinheiro a ser reconvertido e herdeiros a tentarem integrar-se nas elites, fosse pelo casamento, práticas culturais e de sociabilidade, desempenhos políticos ou elevação da formação escolar. Ao mesmo tempo que esse dinheiro novo se elevava, algum do dinheiro velho começava a desvalorizar-se e a repartir-se pelos herdeiros. E aí as famílias mais antigas tinham que escolher entre casamentos com filhos segundos de fidalgos e morgados, com profissionais liberais ou com negociantes em ascensão. A outra

---

<sup>39</sup> Cândido Pamplona Forjaz (1975), *Noutros Tempos, Outras Gentes*, Angra do Heroísmo: Edição de autor, 43-44 e 51.

<sup>40</sup> Cf Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, especialmente o cap. III.

hipótese era a aposta na escolarização superior e a pequena queda para posições na classe média alta, onde, mesmo assim, ainda tinham boas hipóteses de se reproduzir enquanto elite. Em última posição e já numa trajetória social descendente ficavam os lugares no pequeno funcionalismo público. Se uns subiam, outros desciam, mas quer as subidas quer as descidas eram lentas. Contudo, esta progressiva e constante mistura de grupos ia dando origem a uma clara recomposição das elites do distrito.

#### **4 - Os meios urbanos, o quotidiano, e as sociabilidades das elites: a cidade de Angra do Heroísmo**

Se o espaço se pode apresentar alegoricamente como uma multipolaridade de centros e periferias, as vilas, e principalmente as de maior dimensão, assim como as capitais de distrito, formavam os centros mais importantes da rede espacial que estruturava o território e a distribuição do poder. Os pequenos centros urbanos funcionavam, portanto, como interfaces com o exterior, como centros de poder político e sedes dos aparelhos administrativos locais, como lugares de concentração dos consumos e focos de cultura e de lazer mais ou menos eruditos e urbanos, como nós nas redes de comunicação com o exterior, recebendo e concentrando informação, sendo crescente o seu poder de atracção sobre as populações mais escolarizadas e com maiores meios económicos.

Como refere David Justino “uma cidade enquanto centro urbano não se define apenas pela sua dimensão, mas também pelas funções específicas que desempenha, e acima de tudo, pelo lugar que ocupa no conjunto do sistema espacial em que se insere, pelas relações de interdependência que estabelece com os restantes níveis da hierarquia de espaços e centros populacionais”<sup>41</sup>. Angra, Ponta Delgada e a Horta dominavam de forma irregular os restantes pequenos espaços urbanos, numa hierarquia que começava nas vilas mais próximas da própria ilha. Os fluxos de mercadorias, serviços, capitais e mão-de-obra estabeleciam-se a curta e a longa distância e asseguravam os mecanismos de dominação e de subordinação a outros espaços exteriores mais amplos.

Angra foi, durante séculos, o centro político do arquipélago. No entanto, na sequência de uma divisão tripolar dos Açores cujas raízes são já bem visíveis no final do Antigo Regime, a cidade irá perder grande parte

---

<sup>41</sup> David Justino (1989-1990), *A Formação do Espaço Económico Nacional*, Lisboa: Vega, vol I, pp. 364 e 370-373.

dos seus antigos foros e privilégio enquanto principal interface político e administrativo do arquipélago. A Terceira e a cidade de Angra parecem desde então marcadas por um discurso de decadência que contrapunha à anterior grandeza a mesquinhez a que ela se via sujeita nesta segunda metade do século XIX.

Porém, a verdade é que Ponta Delgada já dominava as redes comerciais do arquipélago desde, pelo menos, a segunda metade do século XVIII e que a Horta ganhou, desde a mesma época, uma importância crescente, relacionada com o seu papel no comércio com a América do Norte<sup>42</sup>. O movimento do porto de Angra era escasso, as suas elites não tiveram à disposição os rendimentos da laranja para iniciar um porto artificial e, finalmente, o desenho da sua baía não era sequer o mais adequado para as novas exigências da navegação a vapor. Num território com menores recursos e cujas exportações nunca poderiam alcançar o potencial de crescimento de São Miguel, era impossível desenvolver um programa de trabalhos de grande envergadura, quer arranjan-do capitais locais, quer clamando junto do governo central. O peso económico dos poderosos da Terceira ficava bem mais abaixo do dos seus congéneres micalenses. Uma das poucas grandes casas em toda a ilha, a dos Condes da Praia da Vitória, esboroa-se numa falência anunciada em 1889, quando morre Jácome de Ornelas Bruges, o segundo do título. Nesses anos os Canto e Castro, antigos Provedores das Armadas, continuavam a viver no Continente, entre a Foz, no Porto, e Lisboa, das suas rendas cada vez mais minguadas e das propriedades que iam vendendo pelo seu procurador, José Inácio de Almeida Monjardino, homem em ascensão nos círculos de Angra. Na Terceira não havia proprietários tão grandes como os Jácome Correia, os Cantos, os Machado de Faria e Maia, os Raposo do Amaral, os Gago da Câmara ou os Andrade de Albuquerque Bettencourt. Mesmo os grandes negociantes da praça de Angra, o comendador António José Rodrigues Vieira Fartura, Bento José de Matos Abreu, Henrique de Castro, Frederico Augusto de Vasconcelos ou António Pedro Simões não eram Clemente Joaquim da Costa, Abraão Bensaúde ou Domingos Dias Machado. Estávamos perante uma outra escala<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Veja-se, por exemplo, Avelino de Freitas de Menezes (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. I *Podere e Instituições*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores. No entanto, falta ainda um trabalho de quantificação, projectado na longa duração, sobre o movimento comercial dos três principais portos açorianos para podermos ter sólidas certezas.

<sup>43</sup> Para uma maior análise destes grandes negociantes e capitalistas da praça de Angra veja-se Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, cap. III.

Os processos de urbanização e de crescimento das cidades devem ser entendidos articuladamente com os processos de industrialização e de terciarização das sociedades europeias da segunda metade do século. Onde estes dois últimos processos foram mais fracos a urbanização estagnou e os tecidos económicos e sociais mantiveram as suas características agrícolas e rurais. Ora acontece que tal desenvolvimento não quer imediatamente dizer que neste caso não tenha existido crescimento económico ou que as condições gerais de vida das população não tenham melhorado, ou sequer que não tenham existido alterações de monta na vida económica e política ou na configuração das elites. Este último parece-nos ser o caso da cidade de Angra e do seu distrito.

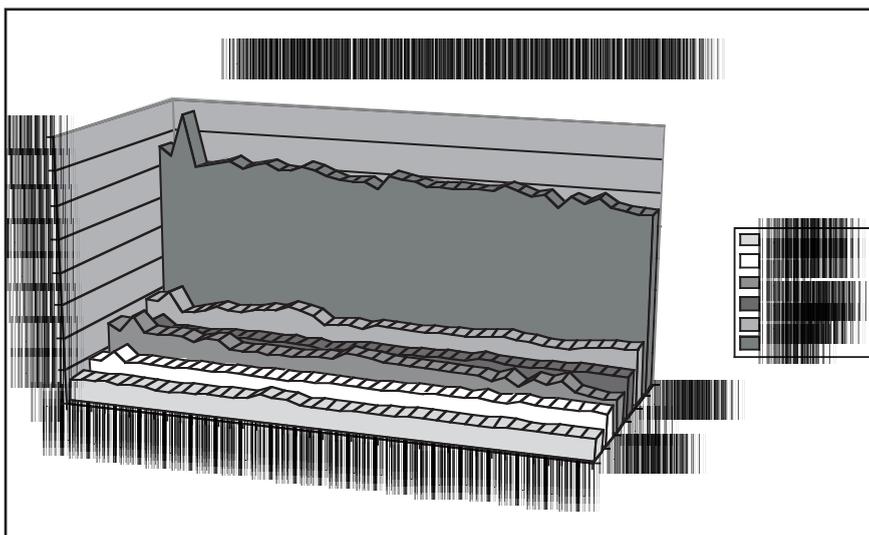
A cidade de Angra é composta pelas freguesias da Sé, Conceição, Santa Luzia, São Pedro e São Bento. E se bem que ela pouco tenha crescido em termos de população no último quartel do século XIX, ela era residência da jurisdição episcopal, sede da 5ª divisão militar e concentrava a maior parte da pequena indústria, da administração pública e do comércio do grupo central. Comparada com a Horta, ela era bem maior e mais movimentada, se bem que não tivesse o verniz cosmopolita que o tráfego transatlântico e, mais tarde, o cabo submarino trouxeram a esta cidade. As elites de Angra eram, igualmente, mais tradicionais. O peso dos antigos morgados e seus descendentes era ainda forte, ao contrário do que se verificava na Horta, onde o desaparecimento das grandes fortunas das elites terratenentes se fez mais cedo e de uma forma mais radical, ajudado pela crise vinícola desencadeada pelo *oidium* na década de 1850<sup>44</sup>.

De acordo com os dados disponíveis a população da cidade de Angra não cresceu de uma forma consistente e rápida ao longo da segunda metade do século XIX. Pelo contrário, ela foi diminuindo, mesmo que ligeiramente, sendo as quebras mais visíveis ao longo das últimas décadas do século XIX e durante os primeiros 10 anos do século XX. Em 1859 a população da cidade era de 11.982 habitantes, no seguinte ano de 1860 atingia os 12.353<sup>45</sup>. No primeiro ano da nossa série, apresentada no gráfico 1, ou seja em 1871, a população tinha crescido um pouco mais, situando-se agora nos 13.259. A população de Angra atingiria o seu máximo em 1873 com um total de 15.406 habitantes, mas ra-

<sup>44</sup> Veja-se Júlio de Castilho (1886), *Ilhas Ocidentais do Arquipélago dos Açores*, Lisboa: David Corazzi Editor, p. 17.

<sup>45</sup> Dados para 1859 e 1860 retirados da série dos *Relatórios Sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos de 1856 a 1867).

pidamente este efectivo começaria a baixar, estabilizando à volta dos 11.000<sup>46</sup>.



Fonte: 1882-1886, BPAAH, Fundo do Governo Civil, 2ª Repartição, *registo da correspondência expedida para os ministérios*, livro 8 (1882-1886). Dados 1887-1891, 1893, 1898-1900, 1902-1907 e 1909-1910, idem, Comissão Distrital de Estatística, *Livros de Registo da Correspondência expedida (1888-1910)*, Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Os restantes anos foram calculados por interpolação linear.

Tentando agora integrar a cidade de Angra no restante contexto insular vemos como ela foi perdendo peso face a Ponta Delgada, que se foi afirmando, cada vez mais, como o principal pólo urbano dos Açores. Inserida na única ilha, São Miguel, onde o balanço demográfico se revelou positivo, Ponta Delgada foi a única cidade do arquipélago que ganhou população, ao longo da segunda metade de oitocentos. Angra não conseguiu acompanhar a dinâmica que se manifestava nos principais centros urbanos do País, nem sequer seguir as áreas mais activas do arquipélago, manifestando uma crescente divergência. Mesmo assim, ao nível das três ilhas do distrito e dentro da Ilha Terceira esta cidade manteve um papel de destaque. Na década de 1880 a população de Angra ultrapassava os 11.000 habitantes, enquanto a vila da Praia da Vitória, o

<sup>46</sup> Os dados utilizados no gráfico 1 provêm de relatórios do governo civil de Angra (1873, 1874, 1875 e 1877) e de outros fundos de correspondência, acima descrito. Apesar de não corresponderem exactamente aos dados dos censos nacionais, eles merecem-nos confiança.

segundo núcleo urbano do distrito se ficava por uns modestos cerca de 3.000 habitantes<sup>47</sup>.

### **Quadro 1 - População das cidades dos três distritos açorianos em 1864, 1878, 1890, 1900**

| Censos | Angra |       | Ponta Delgada |       | Horta |      | Açores |       |
|--------|-------|-------|---------------|-------|-------|------|--------|-------|
|        | Nº    | Pop   | Nº            | Pop.  | Nº    | Pop. | Nº     | Pop.  |
| 1864   | 1     | 11568 | 1             | 15733 | 1     | 8278 | 3      | 35579 |
| 1878   | 1     | 11070 | 1             | 17635 | 1     | 7446 | 3      | 36151 |
| 1890   | 1     | 11012 | 1             | 16767 | 1     | 6879 | 3      | 34658 |
| 1900   | 1     | 10788 | 1             | 17620 | 1     | 6575 | 3      | 34983 |

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal para 1900*, p. 5.

A grande descida na população das vilas deve-se a um processo de reorganização da divisão do território, que extinguiu três pequenos concelhos no distrito de Angra, deixando o mapa intacto nos restantes distritos dos Açores. Porém, mesmo que essa extinção não tivesse ocorrido, pensamos que o distrito de Angra teria acompanhado a trajectória igualmente descendente do seu congénere da Horta e não a trajectória positiva ocorrida no de Ponta Delgada.

### **Quadro 2 - População das Vilas Cabeças de Concelho dos três distritos dos Açores, em 1864, 1878, 1890, 1900**

| Censos | Angra |       | Ponta Delgada |       | Horta |       | Açores |       |
|--------|-------|-------|---------------|-------|-------|-------|--------|-------|
|        | Nº    | Pop   | Nº            | Pop.  | Nº    | Pop.  | Nº     | Pop.  |
| 1864   | 7     | 16054 | 6             | 29161 | 6     | 13140 | 19     | 58355 |
| 1878   | 4     | 9325  | 6             | 36178 | 6     | 12886 | 16     | 58389 |
| 1890   | 4     | 9053  | 6             | 35546 | 6     | 12382 | 16     | 56981 |
| 1900   | 4     | 8979  | 6             | 35749 | 6     | 11613 | 16     | 56341 |

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal para 1900*, p. 5.

---

<sup>47</sup> A este propósito veja-se Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, pp. 29-32 e 37-39; e Gilberta Pavão Nunes Rocha (1990), "Os Açores na viragem do século (1860-1930), características da sua evolução demográfica", *Actas do Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa: Edição da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 849-863.

O aumento da população das freguesias rurais em Angra está, do mesmo modo, distorcido pelo efeito provocado pelo reordenamento do espaço administrativo que não nos permite ver como, de facto, o crescimento demográfico do distrito foi quase nulo durante este período, tendo sido mesmo muito negativo em ilhas como São Jorge<sup>48</sup>.

### Quadro 3 - População das Freguesias Rurais, em 1864, 1878, 1890, 1900

| Censos | Angra |       | Ponta Delgada |       | Horta |       | Açores |        |
|--------|-------|-------|---------------|-------|-------|-------|--------|--------|
|        | Nº    | Pop.  | Nº            | Pop.  | Nº    | Pop.  | Nº     | Pop.   |
| 1864   | 27    | 44589 | 33            | 65938 | 30    | 43567 | 90     | 154094 |
| 1878   | 30    | 51234 | 33            | 72458 | 30    | 41568 | 93     | 165260 |
| 1890   | 32    | 52086 | 33            | 72445 | 31    | 39424 | 96     | 163955 |
| 1900   | 33    | 53565 | 33            | 74357 | 31    | 37045 | 97     | 164967 |

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal para 1900*, p. 5.

As ilhas deste distrito pouco se modernizaram no sentido de uma maior urbanização ou de grandes alterações na esfera da produção. As transformações ocorreram no seio de um mundo rural que se modernizou, se tornou mais próspero e rico, em boa parte graças aos efeitos da emigração, mas onde as características camponesas se acentuaram, acompanhadas por uma melhoria geral do nível de vida da população das freguesias, cada vez mais constituídas por pequenas explorações camponesas independentes. Este processo foi acompanhado, no início do século XX, pela recomposição das elites dos pequenos espaços locais, onde o padre, o professor primário e o lavrador proprietário, regressado da viagem americana, dominavam agora as confrarias, as irmandades do Espírito Santo, as associações musicais e recreativas que faziam nascer bandas filarmónicas em todos os principais lugares, assim como as juntas de paróquia.

No caso da ilha Terceira, mais do que em qualquer outra das restantes ilhas do distrito, onde as vilas tinham um papel de destaque, verificava-se um acentuado domínio da cidade de Angra sobre todo o território da ilha, não se circunscrevendo à unidade do concelho. Se bem que o seu *hinterland* fosse variável e não se estendesse de maneira muito vincada às

<sup>48</sup> Paulo Silveira e Sousa (1995), “Emigração e Reprodução Social no Contexto Açoriano: o caso da ilha de São Jorge na segunda metade do século XIX”, *Isleña*, nº17, Funchal, DRAC, pp. 31-49.

freguesias mais distantes do norte da ilha, ela vai concentrando poderes e funções ao longo da segunda metade do século XIX, num movimento que já havíamos notado nas principais vilas de outras ilhas, mas aqui com uma escala sem dúvida muito maior. Essa concentração foi acompanhada pela transformação das elites dos pequenos espaços e mesmo das vilas e pela sua crescente atracção em direcção aos espaços urbanos. Esta trajectória parece-nos poder ser extensiva como modelo à cidade de Ponta Delgada e ao espaço da Ilha de São Miguel, onde, apesar da existência de um mundo de patrícios burgueses e antigos fidalgos muito bem entrelaçados pelas teias do exclusivo *Club Micaelense*, a pequena burguesia e as classes médias eram grupos com ainda maior pujança e protagonismo.

No final do século, ao contrário de Ponta Delgada, cujo porto tinha o horizonte pontilhado pela mastreação irregular dos navios, o movimento comercial de Angra era relativamente pequeno e na sua enseada viam-se poucos veleiros e vapores. A maior parte do tráfego que o escalava era o de pequena cabotagem que circulava entre as ilhas do grupo central.

Como escreve Câmara Reis no princípio do século XX, “A vida da cidade de Angra é muito restrita, muito acanhada, cheia de pequeninos interesses, como a das nossas terras de província. Uma anedota, um dito, uma desgraça, uma alegria, correm a cidade em duas horas. A chegada do vapor de quinze em quinze dias, alvoroça o ramerrão quotidiano...

- Aparece amanhã, em minha casa, cedo...

- Amanhã?! Chega o vapor!

Toda a gente se move, tudo se agita, tudo se prepara, com desassossego, com impaciência e com ânsia. Deitam-se com as galinhas. E no dia seguinte, quando o vapor, ao ancorar dá o tiro de sinal, tudo corre estremunhado, vogam os escaleres, palpitam os corações. Há os parentes que voltam e o correio que trás notícias da grande colónia açoriana de Lisboa”<sup>49</sup>.

Apesar da pacatez provinciana Angra tinha já uma pequena estrutura de abastecimento para os principais bens de consumo, baseada em vários mercados dispersos pela cidade e acondicionados em instalações próprias. O mercado Duque de Bragança abastecia a população urbana de géneros alimentares, o de São Sebastião destinava-se exclusivamente à venda de gado bovino e suíno, e a *Casa do Peixe*, sobranceira ao mar, vendia peixe fresco e seco de todas as qualidades<sup>50</sup>. No final do século XIX, não

---

<sup>49</sup> Luís da Câmara Reis (1907), “A Ilha Terceira pitoresca”, in *Cartas de Portugal (para o Brasil), 1906-1907*, Lisboa: Livraria Ferreira Editora, pp. 262-263.

<sup>50</sup> Félix José da Costa (1867), *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores)*, pp. 123-124.

faltavam na cidade boas lojas, algumas de proporções já consideráveis, bem fornecidas por mercadorias vindas do continente. Existiam igualmente uns poucos Cafés e jornais que completavam o leque das exigências mínimas da comodidade burguesa. Contudo, nas suas ruas, escassas mas vistosas carruagens de luxo, puxadas por bons cavalos importados, cruzavam-se com os grosseiros e maciços carros de bois dos camponeses que desciam à cidade<sup>51</sup>.

Estes vários equipamentos foram surgindo e sendo regulamentados antes de 1860, adequando a cidade a uma vivência burguesa e às novas divisões e especializações económicas do espaço urbano. No início da década de 1830 um visitante inglês referia que a cidade de Angra “tinha condições de rivalizar com qualquer das mais pitorescas cidades da Europa”. As ruas eram regulares, largas e de bons passeios, com casas solidamente construídas de três andares. No entanto, as ruas estavam pessimamente calçadas e bastante sujas. Os seus habitantes das classes baixas, sujos e descalços, comparados aos *lazzaroni* napolitanos, vagueavam pelos lugares públicos numa indolência permanente, dormindo e fumando todo o dia sob o torpor húmido da mornaça<sup>52</sup>.

Em 1844, o médico Rodrigo Zagalo Nogueira escreveu uma das melhores descrições da cidade de Angra. O seu relato é transversal aos vários grupos sociais, referindo-se quer à existência de muito boas casas com todas as comodidades e normas de higiene, quer às casas pobres e insalubres. A zona nobre de Angra corresponderia à sua parte baixa, compreendida entre o largo das Covas e a Praça Velha. Com um traçado regular e casas de bom porte aqui se concentrava o comércio, as principais igrejas e as repartições públicas. Nos lugares em redor da cidade, como São Pedro, e em particular a caminho de São Carlos, existiam algumas boas residências de famílias da elite angrense. Mas aqui o tecido urbano já pouco se fazia notar num arrabalde onde as características rurais se sobrepunham.

Dentro da cidade os edifícios eram geralmente de um ou dois andares, e mais raramente de três. Contudo, os diferentes tipos de habitação misturavam-se e ao lado de boas residências apareciam casas pequenas e insignificantes. A maior parte das ruas da cidade estavam calçadas com

---

<sup>51</sup> João Viegas de Paula Nogueira (1894), *As Ilhas de São Miguel e Terceira*, Lisboa: Tip. Portuense, pp. 155-156.

<sup>52</sup> João Hickling Anglin, “O distrito de Angra (tradução dos cap. III, IV, V do livro do Capitão Boid - A description of the Azores (Londres, 1885)”, Separata do vol. VII do *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, pp. 5-6.

pedra miúda e dotadas de passeios laterais. A exceção vinha de alguns arruamentos na freguesia de São Pedro, e sobretudo da zona pobre do Corpo Santo. Aqui, as ruas estreitas, mal alinhadas e ornadas de casas térreas tornavam-se rios de lama e de imundícies durante o Inverno. Esta era a parte mais degradada e insalubre da cidade, onde se aglomeravam pescadores e outras classes mais pobres, que ainda se espalhavam pela zona do Outeiro, São João de Deus e parte de São Pedro: uma Angra que podemos designar por arrabaldes, “onde a maioria das casas é térrea e imunda, vivendo às vezes os seus moradores em um só quarto no meio da miséria e em muitas até na companhia de um ou mais porcos”<sup>53</sup>.

Contudo, Rodrigo Zagalo Nogueira referia que já se haviam feito grandes progressos na limpeza da cidade. A essa data já não se encontravam dentro de Angra, como há poucos anos antes, varas de porcos “uns estirados ao comprido no meio das ruas, dificultando e até tornando perigosa a marcha a cavalo, e outros atulhando os passeios, impedindo o andar a pé”<sup>54</sup>. A câmara havia proibido que os porcos vagueassem pela cidade, não permitindo, também, que se despejassem para as ruas muitas imundícies das vendas, estabelecimentos públicos e até de casas particulares. De qualquer forma, o autor acrescentava que as ruas só ficavam em perfeita limpeza depois das grandes chuvadas que tudo levavam na enxurrada.

Neste período, que antecede em cerca de 10 anos aquele sobre o qual nos estamos a debruçar, a própria cidade alterava o seu aspecto, com alguns proprietários a pintarem as suas casas de cores mais fortes. O revestimento das paredes exteriores começava já a alterar-se, fazendo atenuar uma certa uniformidade policroma que o uso comum da cal e da pedra de basalto deram a esta cidade até bem mais tarde. O mesmo autor vai ao ponto de apelar ao método de construção em gaiola, tal qual o usado nos prédios pombalinos e pós-pombalinos da cidade de Lisboa, com vista a obviar aos problemas decorrentes das crises sísmicas.

Dentro da cidade existiam ainda vários estabelecimentos insalubres como forjas de ferreiros e de serralheiros, fornos de cal, alguns estabelecimentos de curtir couro para calçado e outras aplicações, fábricas de velas de sebo e de chapéus. Em todos eles eram exalados cheiros e vapores que Rodrigo Nogueira considerava nocivos à saúde. Porém, um dos

---

<sup>53</sup> Veja-se Rodrigo Zagalo Nogueira (1844), *Breve Notícia sobre a Topografia Médica da Cidade de Angra do Heroísmo*, p. 28.

<sup>54</sup> Rodrigo Zagalo Nogueira (1844), *Breve Notícia sobre a Topografia Médica*, pp. 30-31.

maiores perigos vinha da existência de inúmeras criações de porcos dentro das casas do perímetro urbano, mau grado as tentativas feitas para reprimir este hábito e que passaram pela proibição da circulação dos suínos pelas ruas da cidade. Nas casas dos mais pobres o porco vivia debaixo do mesmo tecto, no mesmo único andar térreo, juntamente com homens, mulheres e crianças, entrando e saindo mais ou menos vigiado pelo olhar de algum jovem. Nas casas mais remediadas, algumas delas no centro da cidade, os porcos eram colocados em pequenas lojas do rés-do-chão, fechadas e com pouca ou nenhuma ventilação. O desenvolvimento e a intensidade dos odores assim criados eram capazes de provocar “dores de cabeça, perturbações vertiginosas, e em algumas pessoas até verdadeiras síncope”, quando a porta de semelhantes currais era aberta, para os alimentar ou para os conduzir a passear, acrescentava acrimoso o dr. Rodrigo<sup>55</sup>. Contudo, este retrato da década de 40 do século XIX não se afastava muito dos que foram produzidos, na mesma época, para outras cidades do País e até para a capital, Lisboa, onde na primeira metade do século XIX ainda era prática habitual matar, sangrar, queimar e esventrar o porco nas ruas de alguns bairros<sup>56</sup>.

Não sabemos se o investimento das elites de Angra em prédios de rendimento dentro do perímetro da cidade foi intenso e se ele poderia ter sido muito rentável. Numa cidade que as descrições nos dão como dormindo numa calma dolente, cuja população pouco aumentou, com uma economia cada vez mais secundária face a Ponta Delgada e à Ilha de São Miguel, o reforço e modernização da área urbana de Angra pode não ter constituído o melhor dos negócios. Mas, para termos certezas, só um trabalho mais aturado sobre o desenvolvimento e expansão desta cidade, lidando com as licenças de construção, a abertura de novas ruas e de novos espaços, nos poderia fornecer uma retrato mais acertado. De qualquer modo sabemos pela análise de vários inventários orfanológicos que era comum entre os grandes negociantes a posse e a compra, ao longo dos anos, de várias casas no perímetro urbano. Se o sector pode não ter prosperado

---

<sup>55</sup> Idem, pp. 42-43.

<sup>56</sup> Veja-se por exemplo, Francisco Inácio dos Santos Cruz (1843), *Ensaio sobre a Topografia Médica de Lisboa, ou Considerações Especiais Relativas à sua História, Meteorologia, Geognosia, Aguas Potáveis e Minerais, Vegetais Alimentares e Medicinais, Zoologia, Quanto aos Animais Mais Úteis e Enquanto ao Homem sua parte Higiênica e Médica, a População e suas Respectivas Observações, etc.*, Lisboa: Tip. de M. J. Coelho, e as topografias médicas publicadas entre 1838 e 1842 nos *Anais do Conselho de Saúde Pública do Reino*.

muito, mesmo assim pensamos que não deixaria de ser um bom investimento<sup>57</sup>.

Em plena segunda metade do século XIX, não só se exigiam às casas das elites uma maior salubridade, como eram acrescentadas novas funções: salões para as *soirées*, bailes, pequenas representações teatrais, escritórios, sala para o piano e para os serões em família onde se liam revistas literárias ou livros de cunho histórico em voz alta para todos os presentes e onde se cultivava um pouco a música e o canto. Se a arquitectura interior das casas no Antigo Regime era um espaço muito pouco diferenciado, existindo nelas parcelas, onde se come, se dorme, ou se recebe, nesta época o espaço interior e exterior especificava-se e organizava-se de acordo com novos critérios funcionais, também relacionados com a penetração dos valores da civilização burguesa, como o pudor e a privacidade, que exigiam espaços mais diversificados dentro da habitação. Criam-se ou adaptam-se salões para a exibição do poder e da distinção, o palco próprio para a representação e para a ostentação pública. O espaço dos criados passa a estar definitivamente separado, remetido para zonas mais pobres e periféricas no conjunto doméstico, assim como os espaços onde se praticam labores manuais ou onde se mantêm animais, veículos ou semoventes agrícolas.

Apesar da família ser um lugar eminentemente privado e íntimo, um refúgio bem guardado do exterior e marcado pelo quotidiano e pela rotina, as casas ganhavam novos espaços ligados ao convívio, ao lazer e à sociabilidade. Este era o mundo teórico do *pater familias* severo, da esposa encantadora, das suas filhas dotadas e dos rapazes a quem se permitia algum comportamento mais estroina durante a juventude<sup>58</sup>. O próprio chefe da casa burguesa podia manter uma amante ou frequentar ocasionalmente uma casa de passe, desde que não se ultrapassassem certas regras do decoro e desde que tais comportamentos não pusessem em causa a unidade da célula familiar, base da reprodução social do grupo.

No que se refere à higiene pública e privada a situação foi melhorando. Na década de 1840, a maior parte das latrinas da cidade eram ainda grandes covas abertas nos quintais e traseiras dos edifícios, as quais não estavam ligadas a nenhum sistema comum de encanamento que eva-

---

<sup>57</sup> Cf Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas*, em especial o capítulo III, pp. 125-210.

<sup>58</sup> Maria de Lourdes Lima dos Santos (1983), *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa: Presença, pp. 26-27.

cuasse os detritos e dejectos domésticos. Contudo, algumas das casas mais abastadas começavam já a ter sistemas mais modernos com as latrinas ligadas a encanamentos que os despejavam no mar, os quais se foram cada vez mais generalizando ao nível das habitações dos grupos mais ricos<sup>59</sup>.

Apesar do fraco movimento, a cidade de Angra foi-se transformando e desenvolvendo. Modernizou-se, e manteve-se sempre dentro dos cânones de qualquer pequena capital de distrito. Tal como todos os centros urbanos de província do continente também aqui chegou o tempo de Angra ter o seu teatro. As primeiras representações começaram na primeira metade do século XIX em pequenos teatros improvisados, levando à cena grupos de amadores. Mais tarde foi fundado e construído de raiz um teatro por uma sociedade de accionistas que lançou a primeira pedra em 1855, tendo a sua abertura solene tido lugar a 22 de Novembro de 1860. Construído à semelhança do antigo Teatro Ginásio de Lisboa por artífices locais, possuía 50 camarotes em três ordens que acomodavam 300 pessoas e 176 lugares de plateia, com um coreto de música e um salão amplo sobre a entrada. O teatro contava ainda, em 1861, com 5 actores e 4 actrizes e com uma orquestra de 16 elementos<sup>60</sup>.

De tempos a tempos vinham actores e companhias prestigiadas de Lisboa, representavam-se umas zarzuelas, umas operetas e uns números de variedades com uns ilusionistas e prestidigitadores. Em 1866 o actor Taborda, em digressão pela província, subiu ao palco do Teatro Angrense, em 1873 foi a vez da companhia Carolina Falco-César de Lacerda, mais tarde, em 1903, foi a vez da companhia Rosas e Brasão. Contudo, com alguma frequência as representações ficavam entregues a grupos de amadores de qualidade e frequência irregular vindos de algumas sociedades de recortes selectos como o *Lawn Tennis Club*. Em 1888, o teatro sofreu obras que o ampliaram e melhoraram: a terceira ordem de camarins foi alargada, os camarotes forrados a papel e a veludo as suas mesas, os ornatos do salão foram dourados e a plateia dotada de novas e modernas cadeiras de ferro e de palhinha. Contudo, em 1897, a direcção queixava-se amargamente da falta de um pano de boca de cena e de novos cenários mais adequados e em melhor estado que os existentes.

O Teatro Angrense foi sobrevivendo, apesar dos problemas financeiros quase crónicos, através de subsídios da Câmara e de ajudas e faci-

---

<sup>59</sup> Rodrigo Zagalo Nogueira (1844), *Breve Notícia sobre a Topografia Médica*, pp. 52.

<sup>60</sup> BPAAH, Fundo do Governo Civil de Angra, 3ª Repartição, registo da correspondência expedida, livro 1, 1860-1861, fl. 117.

lidades várias concedidas por indivíduos de todas as fracções endinheiradas da elite da cidade. Na administração do teatro quer a mesa da assembleia geral, quer a direcção eram partilhadas, sem qualquer distinção, por notáveis fidalgos e por notáveis burgueses, mesmo de recente ascensão. Contudo, se a mesa da assembleia parece cativa dos nomes importantes da política e da fidalguia, as direcções e sobretudo o lugar de tesoureiro recaíam sempre sobre um qualquer importante comerciante ou abastado negociante<sup>61</sup>.

Os senhores da cidade, as suas esposas e filhos eram facilmente distinguíveis dos camponeses das freguesias. Bastava tomar atenção nas roupas e na conduta corporal para entender as diferentes formas de estar e de disposição de si no espaço público. Contudo, apesar da notória escassez de operários e dos pequenos burgueses terem já um outro estatuto e comportamento, havia uma semelhança entre as classes populares mais pobres de Angra e as do resto da ilha: todas elas ostentavam o tradicional pé descalço.

Se bem que as disposições corporais das fracções pequeno burguesas, burguesas e dos descendentes das antigas elites tradicionais não fossem de modo algum coincidentes, vários aspectos começavam a unificá-las em torno de determinados padrões de higiene, vestuário, formas de falar, estar e de se relacionar em público e em privado. Palavras como respeitabilidade, decência e pudor eram comuns, quer entre os grandes burgueses e fidalgos quer, com muito mais peso, entre uma pequena burguesia e umas classes médias com desejos de ascensão, onde o horror ao desperdício, o culto da poupança, do rigor e da discricção faziam escola.

Apesar das demarcações e das clivagens existentes entre os vários grupos sociais que compunham a elite do distrito, uma outra coisa unia-os

---

<sup>61</sup> Félix José da Costa (1867), *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores)*, p. 141, *Almanaque Insulano para Açores e Madeira, Estatístico, Histórico, e Literário para o Ano de 1874*, Angra: Tip. da Terceira, p. 71; Miguel Forjaz (1950), *A Arte de Talma Terceirense*, Angra: Tip. União; Luís da Silva Ribeiro (1947), “Amadores Dramáticos”, in *Obras*, Vol. III, Angra: Edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 285-286; Augusto Gomes (1993), *Teatro Angrense: Subsídios para a sua História*, Angra: Edição da CM de Angra, especialmente as pp. 11-41 e 335-342. Direcção do teatro Angrense em 1889: pres.: dr Rodrigo Zagalo Nogueira; secretário: Vital de Lemos Bettencourt; tesoureiro: Manuel Alves de Bettencourt. Direcção do teatro Angrense em 1897: Pres.: dr Rodrigo Zagalo Nogueira; secretário: Miguel Peixoto Palhinha; Manuel Alves de Bettencourt, tesoureiro, vogais, Vital de Lemos Bettencourt e José Júlio da Rocha Abreu. Direcção do teatro Angrense em 1911-1918: Alfredo da Silva Sampaio, Eduardo Pereira Abreu, Manuel António Lino, Diogo Paim de Bruges, Francisco Pamplona Corte Real. Vejam-se os, *Relatórios e Contas* existentes para 1888, 1897 e 1911-1918, Angra: Tip. do Povo.

a todos, associando-os mesmo às classes médias de Angra: o desejo de distinção face a quem estava abaixo delas na estrutura das classes sociais, que se traduzia num afastamento ostensivo em relação às classes populares, fossem elas os marítimos dos bairros pobres de Angra, os camponeses das freguesias ou os assalariados descalços e maltrapilhos que se sujeitavam a qualquer trabalho para conseguir sobreviver.

Esse sentido da distinção fazia-os optar por determinadas actividades, lazeres, ocupações e consumos, que os distinguiam do vulgo por apenas eles lhes poderem aceder. E aqui, tal como em tudo o resto, havia uma hierarquia que ia desde o piano da moça burguesa, da educação dos filhos, passando pela amante do importante lojista, até à casa nova, ao salão - grande palco de exibição de poder e de distinção -, às mobílias importadas, às bibliotecas e colecções ou às temporadas fora da ilha e à frequência da Ópera de São Carlos por parte dos muito abastados. O estilo de vida não era tudo, mas marcava a vida e a posição de cada qual. De facto, nas sociabilidades, nos lazeres e nas práticas culturais manifestavam-se alguns dos principais princípios de diferenciação entre os vários grupos sociais, mesmo no seio daqueles que poderemos colocar como integrando os meios mais elevados da estrutura social do distrito.

A distinção não se fazia somente pelos atributos materiais e pelo luxo e conforto de que se rodeavam os indivíduos. A educação refinada, o cuidado com as boas maneiras, com alguma cultura literária e com uma escolaridade mais prolongada eram outras medidas de distinção, que faziam com que as disposições corporais, os modos de se comportar e de parecer, de colocar o corpo, a voz e o movimento tivessem uma importância determinante na construção de fronteiras entre os grupos sociais e mesmo entre os indivíduos. Ao nível dos grupos do topo da elite de distrito, os bailes, as *soirées* nos clubes selectos, as idas ao teatro de Angra, as trocas de visitas entre famílias e amigos, eram os lugares onde toda esta encenação do lazer tinha lugar, requerendo, para funcionar em pleno, dinheiro, algumas qualificações escolares, uns pós de cultura formal, e muito tempo livre.

Um olhar sobre as diferentes assembleias recreativas existentes na cidade permite-nos observar as fracturas no meio social urbano, onde os vários grupos se encontravam bem estratificados e distribuídos. De um lado, estavam as elites da terra, do Estado e dos negócios e, do outro, os artistas, pequenos empregados e pequenos patrões. Ou seja, as grandes e médias fortunas, que formavam os maiores contribuintes da cidade e que mantinham um forte papel na política e na economia local, estabele-

ciam-se à parte do mundo em ascensão da média e da pequena burguesia urbana.

Os clubes eram os locais privilegiados onde novos jogos perfeitamente distintivos tinham lugar. Estes eram momentos e práticas essencialmente masculinas, urbanas e adultas que se iam lentamente instituindo como transversais às diferentes fracções sociais localizadas entre as classes médias e os grandes burgueses e fidalgos. Na cidade a *Assembleia Angrense* agregava a mais rica burguesia, as famílias fidalgas tradicionais, os altos funcionários locais e as fracções mais abastadas das classes médias. Esta sociedade, fundada em 1834, tal como dezenas de outras sociedades semelhantes um pouco por todo o país, tinha como fim o recreio e a convivência entre os seus sócios e respectivas famílias, promovendo chás, bailes e concertos musicais, serões de leitura e jogos de bilhar, cartas ou xadrez<sup>62</sup>. A *Assembleia Angrense*, com os seus bailes e *soirées* destinados às famílias dos sócios, tinha um importante papel no mercado matrimonial da elite da cidade, constituindo um espaço central nos mecanismos de reprodução e na circulação e reforço da coesão entre os vários segmentos da elite.

Na segunda metade da década de 1860 a Assembleia estava sediada nos amplos salões do antigo solar do morgado Bettencourt Correia e Ávila, e dava seis bailes anuais entre Novembro e Maio, apanhando precisamente os meses mais chuvosos do ano. A sala de Baile acompanhava todos os preceitos da época, decorada com espelhos de molduras e florões dourados, pendendo do seu tecto de abóbada dois magníficos lustres de cristal. Estava ainda dotada com todas as pratas, louças finas, vidros e mais objectos para o serviço dos bailes que eram o divertimento mais sofisticado dos elegantes e das suas famílias. O gabinete de leitura não se limitava a uma pequena biblioteca de obras instrutivas e de recreio, recebia também vários jornais nacionais e estrangeiros. A admissão dos sócios era feita pela direcção, ouvida a assembleia geral, sendo necessário pagar uma generosa mensalidade<sup>63</sup>. Do palácio Bettencourt, a Assembleia passou de-

---

<sup>62</sup> Os primeiros estatutos da *Assembleia Angrense*, foram feitos por uma comissão formada por José Francisco da Terra Brum, José Prudêncio Teles, advogados e Francisco José Teixeira de Sampaio e publicados a 7 de Fevereiro de 1835. Por esse primeiro documento o número de sócios ficava limitado a um nível que nunca poderia exceder os 120. Para o estudo de uma instituição semelhante veja-se Maria Ana Bernardo (2002) *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX: o Círculo Eborense...*

<sup>63</sup> Félix José da Costa (1867), *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores). Os seus títulos, edificios, estabelecimentos públicos*. Angra: Tip. do Governo Civil, pp. 10-12. Em

pois para o nº 21 da Rua da Sé e daí para a Rua do Salinas, para a ampla e antiga casa do abastado negociante miguelista João da Rocha Ribeiro, onde esteve até ao seu encerramento parcial em 1911. Anos mais tarde fundiu-se com uma nova associação, o *Lawn Tennis Club*, de que daremos conta adiante.

Quando falamos da sociabilidade dos salões e dos clubes estamos claramente perante um campo onde a contenção no uso do corpo e da linguagem está bem marcada. A linguagem surge cifrada, eufemística ou elíptica, com normas estritas de nomeação e de deferência, onde se evitam as demonstrações de exagero ou de emoção. Simultaneamente, a distinção entre sexos e a distinção entre o grupo que aqui se reúne e os estranhos ou recém-chegados era decisiva<sup>64</sup>. O espaço para o livre uso e exibição do corpo, para a demonstração de energia e da expressividade ficava assim restrito ao universo rural e tradicional das touradas à corda e das mais aristocráticas exhibições a cavalo.

Os bailes e as *soirées* privadas mantiveram-se um quase exclusivo dos fidalgos da cidade perante uma burguesia muito mais sóbria. Do mesmo modo, o cultivo de certas artes, o exercício da equitação ou do toureio a cavalo, e as temporadas em Lisboa, eram marcas distintivas que tocavam sobretudo os fidalgos muito ricos. Por exemplo, nas primeiras décadas do século XX eram habituais os bailes de Carnaval em casa do conde de Sieuve de Meneses, no palácio de São Pedro. Começando às 9 horas da noite e com os convidados todos nos seus costumes, duravam até bem tarde, pela noite dentro<sup>65</sup>. O visconde de N. Sra. das Mercês era um melomano dedicado, com assinatura em São Carlos. Chegada a época de ópera ia para Lisboa, acompanhado por toda a família e criadagem, hospedando-se confortavelmente no velho Hotel Aliança, ao Chiado. Os seus filhos exercitavam quase todos a costela musical e o piano e o canto eram presença regular durante os serões quer em família, quer na presença de convidados<sup>66</sup>. Para lá da aquisição de quintas de recreio, ricos burgueses, co-

---

1862 a sua direcção era composta por: pres., Álvaro Cabral Fournier; secretário, António Sieuve de Séguier; tesoureiro, Frederico Ferreira Campos, vogais, João Borges do Canto e dr. Teotónio de Ornelas. Apenas no lugar de tesoureiro nos surge o nome de um membro de uma antiga e já patricia família de burgueses (in *O Angrense* de 24-07-1862, nº 1173).

<sup>64</sup> Veja-se entre outros Maria de Lourdes Lima dos Santos (1983), *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX...*, pp. 35-50.

<sup>65</sup> Cândido Pamplona Forjaz (1984), *Memórias*, Angra do Heroísmo: Edição de autor, p. 58, para o toureio e equitação veja-se p. 227.

<sup>66</sup> Idem, pp. 22, 49, 52, 59.

mo o negociante João Carlos da Silva, pai do futuro visconde da Agualva, investiam já num estilo de vida de elite e na aquisição de outros bens simbólicos de prestígio. João Carlos da Silva era o proprietário de uma vasta coleção de moedas portuguesas e brasileiras, dedicando-se com afinco a todos os assuntos numismáticos nos quais era uma autoridade<sup>67</sup>. No entanto, em Angra, não encontrávamos coleções de quadros relativamente grandes como as que ornamentavam as paredes das casas de alguns terratenentes micaelenses. António Borges da Câmara Medeiros, nas suas viagens por Lisboa e por outras capitais europeias, foi comprando e adquirindo em leilões uma coleção composta por cerca de 177 telas de valor e apreciação irregulares, mas cuja descrição ainda hoje causa alguma surpresa. No meio de telas relativamente banais podíamos encontrar quadros da escola de Rubens, de Canaletto, Guardi, Nicolas Poussin, de pintores flamengos do século XV ou do mais recente Domingos de Sequeira<sup>68</sup>. Do mesmo modo, nenhuma biblioteca da cidade de Angra guardava a quantidade de volumes e de raridades preciosas que o minucioso e abastado bibliófilo Ernesto do Canto acumulou ao longo da sua vida<sup>69</sup>.

Longe de tais sofisticções estava a classe média e a pequena burguesia de Angra, formada por empregados públicos e do comércio, artesãos, lojistas e comerciantes, mesmo de razoável dimensão, que se encontravam agremiadas em sociedades como o *Club Popular Angrense*. Fundado em 1869, ele vinha na continuidade de uma colectividade anterior, a *Sociedade Dominical D. Pedro V*, criada em 17 de Maio de 1868. O *Club Popular* tinha como principais fins manter a biblioteca popular concedida pelo governo em 1871, dando-lhe o possível desenvolvimento, proporcionar aos sócios passatempos e recreios próprios, como jogos lícitos, leituras e saraus e, caso os recursos financeiros o permitissem estabelecer aulas públicas de ensino, ou particulares só para os sócios, bem como promover palestras e leituras científicas e literárias<sup>70</sup>. Com vista a evitar con-

---

<sup>67</sup> Eduardo de Azevedo Soares (1908-1909), *Nobiliário da Ilha Terceira*, Porto: Fernando Machado Editores, vol II, p. 377.

<sup>68</sup> Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, Arte, e Vida Antiga dos Açores*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, vol. IV, pp. 36-47.

<sup>69</sup> Veja-se o *Inventário dos Livros, Jornais, Manuscritos e Mapas da Biblioteca do dr. Ernesto do Canto*, Évora: Minerva Comercial, 1905. Sobre Ernesto do Canto veja-se ainda Maria Teresa Tomé (1989) *Ernesto do Canto. Os Açores na Problemática da Cultura do Século XIX*, Ponta Delgada: Signo.

<sup>70</sup> Cf. *Estatutos da Sociedade Literária e de Recreio Club Popular Angrense, aprovados por álvara de 16 de Fevereiro de 1884*, Angra: Imprensa da Junta Geral, p. 6.

flitos, os seus estatutos são claros quanto à proibição no recinto da sociedade de discussões sobre assuntos religiosos ou políticos. Em 1874 o *Club Popular* sustentava uma escola nocturna e uma biblioteca com um movimento de leitores razoável, cujo fundo em 1875 era de 5.150 volumes<sup>71</sup>. Em 1884, data da aprovação dos novos estatutos, era presidente da assembleia geral, Francisco de Azevedo Cabral, funcionário público - mais tarde primeiro oficial chefe da repartição da junta geral do distrito -, jornalista, pequeno influente e homem dado às artes e às letras.

Fundado em 1866, sob a influência do ainda todo poderoso conde da Praia, existia também o *Grémio Literário de Angra do Heroísmo*, que oferecia aos seus sócios jogos de bilhar, carteados, e uma biblioteca avaliada como sendo das melhores da cidade. Este *Grémio* não se revestia das marcas de elitismo que caracterizavam a *Assembleia Angrense*. A mensalidade pedida aos seus sócios era igual à que pagavam os membros do *Club Popular*, 300 reis. Em qualquer dos casos bem inferior aos 1\$200 reis que pagavam os selectos e abastados senhores da *Assembleia*<sup>72</sup>. Lutando por uma influência sobre os mesmos grupos sociais, é provável que entre o *Club Popular* e o *Grémio* existissem diferenças políticas importantes, pertencendo cada qual a facções diferentes. Mas, infelizmente, os dados existentes são escassos e não nos permitem avançar mais.

Em 1911 a agonizante *Assembleia Angrense* e o *Club Popular* ainda estavam activos, mas tinham agora a concorrência de novas associações e espaços de recreio como a *Associação dos Empregados do Comércio*, e o *Lawn Tennis Club* que cuidava de uma forma bem mais aberto do corpo e do espírito das novas e mais compósitas elites da cidade. Para o divertimento das classes populares e da pequena burguesia, restava ainda as filarmónicas, podendo -se escolher entre a republicana *Fanfarra Pátria e Liberdade* e a antiga *Recreio dos Artistas*<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> *Almanaque Insulano para 1874*, pp. 59-60 e *Idem* para 1875, pp. 33-34.

<sup>72</sup> *Almanaque Insulano para 1874*, pp. 59-60. Para além desta sociedade existia ainda, fundada em 1862, uma *Sociedade Promotora das Letras e das Artes*. No entanto, desconhecemos a sua trajectória e o seu peso na sociedade local. Em 1880, ela não parecia gozar de grande saúde. Os novos estatutos, então publicados pretendiam dar-lhe novas atribuições cujos efeitos reais também desconhecemos. Cf. *Estatutos da Sociedade Promotora das Letras e das Artes do Distrito de Angra do Heroísmo*, Angra: Tip. do Governo Civil, 1880.

<sup>73</sup> *Almanaque Açores para 1912*, Angra: Tip. Sousa e Andrade, p. 32. Veja-se também Pedro de Merelim (1967), *Filarmónica Recreio dos Artistas, Sociedade de Instrução e Recreio Fundada em 1877*, Angra: União Gráfica Angrense.

Já no início deste século, Câmara Reis escrevia que os figurinos, as modas, os hábitos e os prazeres que Lisboa importa de Paris, vão passando em segunda mão, para uma terra que rasga os velhos trajas e põe de lado os antigos costumes<sup>74</sup>. Nas elites, o corpo e as aparências passavam a ser objecto de um mais evidente investimento material e simbólico. As elegantes de Angra passeavam-se, exibindo as modas mais actuais nas *soirées*, no Teatro e nas ruas mais concorridas. E quer as mulheres quer os homens procuravam aproximar-se de uma representação da vida quotidiana de onde o trabalho manual e o trabalho físico se encontravam ausentes. No reverso da moeda, tais comportamentos iam ainda de par em par com as velhas varandas mouriscas, inteiramente tapadas da base ao parapeito com madeira, apenas se abrindo a meio um pequeno postigo por onde se espreitava e bisbilhotava quem passava na rua<sup>75</sup>.

## **5 - As trajetórias e as sociabilidades: a formação de uma nova elite**

Dar uma educação formal prolongada aos filhos era uma marca de distinção a que, cada vez mais, as classes médias também aspiravam, acompanhando a burguesia e as elites tradicionais terratenentes<sup>76</sup>. Se os filhos dos pequenos lojistas tinham uma educação banal feita nas escolas públicas ou particulares da cidade, podendo depois passar pelas cadeiras do Liceu, para rapidamente se estabelecerem ao lado dos progenitores na condução do estabelecimento, o mesmo não sucedia no caso dos grandes negociantes. Nestes uma estratégia de promoção do capital escolar dos filhos era já o resultado de um certo refinamento social trazido pela riqueza, uma forma de aumentar o prestígio e a respeitabilidade da família, de garantir uma posição de classe adequada para os filhos segundos que não herdariam os negócios, quer ela se viesse a situar na administração pública, no exército ou numa qualquer profissão liberal sempre prestigiada e urbana, onde a implantação local e a pertença a uma família de algum nome era o passaporte mais certo para o sucesso junto dos clientes.

O papel prestigiante de ter filhos a estudar na Universidade garantia aos antigos pequenos burgueses uma maior proximidade às conven-

---

<sup>74</sup> Idem, "A Ilha Terceira pitoresca", p. 267.

<sup>75</sup> Idem, "A Ilha Terceira pitoresca", p. 266.

<sup>76</sup> Rui Ramos, (1994), *História de Portugal*, vol. VI, *A Segunda Fundação*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 308-312.

ções culturais da elite, fazendo-os penetrar um pouco mais num mundo que podia - e muitas vezes assim ainda o fazia - continuar a olhar para eles como o antigo merceeiro, o usurário odiado, o simples lojista de venda de rendas e casimiras a retalho, ou o astuto agente de navegação metido em negócios estranhos de contrabando ou de embarque ilegal de emigrantes. De qualquer modo e em muitos casos ele era ainda o novo rico, cujo conhecimento e manipulação das regras de distinção nem sempre eram os mais apropriados para brilhar entre os seus novos pares.

Nalgumas famílias de grandes negociantes de Angra veremos estratégias de claro aumento do capital escolar, podendo referir, só para nos recordarmos, as de homens como Bento José de Matos Abreu, Emídio Lino da Silva Sénior, Fernando Rocha, Joaquim José de Sousa Freitas ou José Joaquim de Oliveira Braz. Em todas elas os seus descendentes frequentaram as universidades e escolas superiores da época<sup>77</sup>.

Toda a abertura que se foi verificando na elite do distrito, não significou uma democratização ou sequer um desaparecimento das regras, rituais de entrada e da existência de círculos e relações pessoais que funcionavam como veículos de integração na elite da cidade. Pelo contrário, num pequeno espaço social os privilégios da distinção estavam fortemente protegidos numa ilha de snobismo dotada de várias muralhas e armadilhas. Para alcançá-la eram necessários, em primeiro lugar, os meios materiais capazes de fazer aproximar os candidatos a habitantes. Mas estes tinham ainda que atravessar um mar instável de regras e disposições sempre traiçoeiras e, chegando, passar por várias portas, por diferentes e inquisitivos guardiães, sendo submetidos a outras tantas provas de acesso. A viagem podia, pois, ser bem tormentosa.

Com o passar dos anos, fruto da acumulação não só de capital económico, mas, principalmente, da sua formação numa vida de comodidades e de luxos, marcada por uma educação superior à média e da qual o trabalho manual estava afastado, estas famílias burguesas entravam de pleno no grupo restrito dos muito ricos. Daqui para a frente, apenas para alguns dos seus descendentes era possível reproduzir este modo de vida e este lugar de classe. Para os outros restava o ensino superior, as profissões liberais, o emprego público ou um bom casamento. Na maior parte dos casos uma trajetória social descendente em direcção à classe média era inevitável.

---

<sup>77</sup> Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, em especial o capítulo III.

Embora nos faltem dados para avançar com mais rigor, pensamos que já durante o final do Antigo Regime, num sistema de morgadio muito fechado, os casamentos entre os filhos segundos dos grandes fidalgos e morgados e os filhos segundos de casas antigas de grandes negociantes eram normais. O patriciado urbano ia-se lentamente integrando na elite fidalga da cidade. O que a ruptura liberal veio provocar, foi uma aceleração nessa assimilação, provavelmente, uma maior frequência dos casamentos entre filhos primogénitos e herdeiros destes dois grupos, cujo contacto se fazia antes através dos secundogénitos<sup>78</sup>, e com o avançar para o final do século um claro predomínio das famílias da grande burguesia no seio da elite do distrito. Mas este processo parece-nos que teve, digamos, duas grandes fases. De facto, não conhecemos com grande pormenor o período do final do Antigo Regime, mas pelo menos as décadas do liberalismo até 1870 foram tempos de uma integração suave e contínua entre a fidalguia de Angra e um grupo de bacharéis e grandes negociantes de riqueza mais antiga e prestigiada, que já antes designámos por patriciado urbano. Se essa característica nunca deixou de se ir aprofundando, a partir sensivelmente da década de 1880 vemos novos grupos a serem assimilados na elite local. É a data da progressiva entrada de alguns comerciantes, pequenos industriais e funcionários públicos e a altura em que uma elite mais compósita, que inauguraria o novo século, se começa a ver desenhada com maior nitidez.

Os casamentos entre os burgueses de Angra e os descendentes da antiga fidalguia local aumentaram à medida que se foi chegando ao século XX e à medida que o capital escolar foi ganhando peso na definição da elite. No início da década de 1880, o médico Eduardo Abreu, irmão de José Júlio da Rocha Abreu, casava com Adelaide, filha do empobrecido fidalgo D. Henrique de Meneses Brito do Rio. Em 1887, Emídio Lino da Silva Júnior, oficial de engenharia, tornou-se cunhado do maior proprietário da Ilha de São Jorge, o conselheiro José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa. A filha de Henrique de Castro, casaria em 1898 com o filho mais velho e homónimo deste último, agrónomo e pioneiro da indústria dos lacticínios. D. Maria das Mercês da Silva, filha do negociante João Carlos da

---

<sup>78</sup> De qualquer maneira, pensamos que o contacto entre estes secundogénitos levava a que se formasse uma rede de parentesco, mesmo que um tanto frouxa, entre os dois grupos e que estes se mantivessem relativamente unidos sob o claro domínio da fidalguia. Provavelmente, podíamos também assistir a coligações entre negociantes e fidalgos na câmara municipal, alinhados de acordo com estes parentescos. Mas estas são hipóteses que só uma quantificação de algumas genealogias nos permitiria ter como pontos assentes.

Silva, tornou-se a esposa de João de Mendonça de Pacheco e Melo, engenheiro civil, director da agência do Banco de Portugal no distrito e filho de um rico morgado da Graciosa. Por sua vez, o seu irmão, Jacinto Carlos da Silva, futuro visconde da Agualva, filho do mais abastado patriciado de Angra, associava-se, em 1903, a uma filha do morgado e agora conde do Rego Botelho. No mesmo ano de 1903, Francisco Jorge, filho do comendador João Jorge da Silveira Paulo, juntava os contos de reis do cacau de São Tomé ao apelido aristocrático da filha de Luís Francisco Meireles do Canto e Castro. Em 1911, Raúl de Távora e Araújo Meireles do Canto e Castro, oficial de cavalaria e licenciado pelos bancos da Escola Politécnica de Lisboa, filho legitimado de um opulento morgado e engenheiro civil, irmão do precedente Luís Francisco, casava com uma filha de Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior, grande fortuna do álcool, da terra e dos negócios. António Pamplona Corte Real, oficial do exército, filho do morgado Raimundo Martins Pamplona Corte Real, casaria com Emília de Magalhães, filha do negociante Joaquim Luís de Magalhães, em 1892. Um seu filho, também António, casará por sua vez, em 1915, com uma filha de João Belo de Moraes, outro negociante e pequeno industrial. Na mesma década de 1910, uma das netas de Vital Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, velho senhor da casa da Madre de Deus, casará com, Basílio, filho e herdeiro de António Pedro Simões, antigo capitão de navios, senhor de lojas na Rua Direita, de cabedais extensos em créditos, mercadorias várias e pequenas fábricas<sup>79</sup>.

Nos concelhos mais periféricos do distrito a trajectória foi um tanto diferente, mais do que a fusão entre os grupos que compunham a elite, verificou-se o abandono e mesmo a extinção das velhas famílias da fidalguia e da nobreza local, das quais, em certos casos, apenas ficaram ramos colaterais. Se como vimos parte dos descendentes dos maiores proprietários de São Jorge e da Graciosa se foram casar a Angra, outros permaneceram atrás. As duas manas e herdeiras das vastas propriedades que formavam a terceira maior *casa* de São Jorge, Maria Doroteia e Estefânia Beatriz Pereira da Silveira e Sousa, casaram sucessivamente com o médico José Caetano de Sousa e Lacerda em 1892 e em 1897. José era filho de um médio proprietário, importante influente político e administrador oca-

---

<sup>79</sup> Domingos de Araújo Afonso e Rui Dique Travassos Valdez (1932), *Livro de Oiro da Nobreza, Apostilhas à Resenha das Famílias Titulares de João Carlos Feo Cardoso Castelo Branco Torres e Manuel de Castro Pereira de Mesquita*, Braga: Tip. Pax, pp. 237-243 e 315-333; Eduardo de Azevedo Soares (1908-1909), *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol III, p. 49; nesta última obra vejam-se ainda outros títulos do vol. III.

sional do concelho da Calheta, descendente de famílias de ricos e letrados lavradores, com um tio padre numa costela e um avô capitão de ordenanças na outra. No entanto, José Caetano e as suas duas esposas nem sempre paravam pelas ilhas, passando grandes temporadas na sua casa do Estoril e em Lisboa<sup>80</sup>.

No concelho da Calheta, o grupo dos novos protagonistas locais, era agora também formado por homens ligados à navegação e ao comércio que, tendo começado a sua carreira noutros centros, se tinham tornado membros importantes e capitalistas de nomeada. José Mariano Goulart estava ligado à pesca do bacalhau, sendo proprietário, no porto da Figueira da Foz, de 4 navios que demandavam os mares frios da Terra Nova. Filho de um marítimo e de uma camponesa, começou a sua vida comercial em Lisboa em 1868. Rapidamente se associou a seus irmãos, tendo feito grande fortuna. Em 1885 os seus vários barcos já se espalhavam pelas bancas geladas do Atlântico Norte. José Mariano e irmãos eram os mais generosos contribuintes de todas as pedidórias e iniciativas locais que iam desde a reparação de igrejas à construção de estradas e de sociedades recreativas. António Mariano, irmão de José e seu sócio, veio a casar-se com uma filha do dr. António Pereira da Cunha e Silveira, homem da mais antiga nobreza da ilha que não parecia muito incomodado com os contos de reis de dinheiro novo do genro, então a viver confortavelmente na muito chique Rua Garrett, ao Chiado<sup>81</sup>.

Também os ex-emigrantes vieram diversificar as famílias das elites locais, alargando o leque do recrutamento social para as posições do topo. Na Graciosa, temos o caso de João Correia da Silva, que viveu até 1878 na sua quinta no sítio da Boa Vista, a qual era, ao tempo, considerada uma das melhores casas da ilha. João Correia da Silva, que retornou do Brasil com grande fortuna, estabeleceu posteriormente residência em Lisboa, sendo casado com uma neta do Barão da Fonte do Mato, D. Joaquina da Costa Celeste da Silveira Bettencourt<sup>82</sup>. Na ilha de São Jorge a chegada

---

<sup>80</sup> Vejam-se as notas genealógicas em José Leite Pereira da Cunha da Silveira, *Os Silveiras de São Jorge*, policopiado, inédito; e João Caetano de Sousa e Lacerda (1988), *Cartas a Francisco de Lacerda*, Angra do Heroísmo: Edição da DRAC. O irmão de José Caetano, o maestro Francisco de Lacerda seria anos mais tarde o herdeiro desta fortuna, após a morte sem descendentes do seu irmão e cunhadas.

<sup>81</sup> José Cândido da Silveira Avelar (1902), *Ilha de São Jorge (Açores)*, p. 97; Padre Manuel Azevedo da Cunha (1981), *Notas Históricas*, vols. I e II, pp. 231, 825, 829.

<sup>82</sup> António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores), Descrição Histórica e Topográfica*, Angra do Heroísmo: Imprensa da Junta Geral, p. 182.

dos grandes ricos da emigração foi mais tardia. Os pecúlios dos “calafonas”, que voltavam para junto das suas famílias, eram mais reduzidos. E eles, camponeses com cintos cheios de águias de ouro e mãos calejadas pelo trabalho agrícola, não traziam o verniz que os ex-negociantes brasileiros gostavam de exibir. Os efeitos do seu regresso fizeram-se sentir, sobretudo, ao nível da modernização das pequenas e médias explorações camponesas. A penetração dos dobrões tropicais junto das famílias da mais exclusiva elite de grandes proprietários de São Jorge não se efectuou da mesma forma. Os seus descendentes casavam antes entre si, com famílias das classes médias, de grandes negociantes da capital, com funcionários públicos, bacharéis, ou abandonavam a ilha. A esmagadora maioria dos comerciantes das Velas e da Calheta eram homens de pequena fortuna a trabalhar num mercado estreito e, quando comparados com as grandes casas locais detentoras de largas dezenas e em alguns casos centenas de hectares, o seu peso económico mal se fazia sentir.

A única excepção vem de Gaspar Silva, que comprou prédios por todo o concelho da Calheta e aqui se instalou como proprietário na última década do século XIX. Regressado do Havai com a sua família e uma fortuna que alguns avaliavam em bem mais de 100 contos ele construiu uma enorme casa em estilo colonial na Ribeira Seca, cuja grande chaminé cónica podia ser vista em quilómetros em redor, e instalou-se como um perfeito rentista. No entanto, num concelho tão periférico e onde as antigas elites já tinham decaído ou abandonado este território, Gaspar Silva apareceu como um substituto, como o grande benemérito do concelho, cuja bolsa se abria a quase todos os pedidos de melhoramentos<sup>83</sup>. Nas primeiras três décadas do século XX, os seus descendentes já bem menos abonados de dinheiro foram casando com notáveis das vilas saídos, na maior parte, do emprego público, do comércio e de umas poucas e recentes fortunas da emigração americana<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Entre 1897 e 1905 Gaspar Silva comprou 48 propriedades no valor de 12.002\$000 réis. Destes apenas 3 eram casas de morada, sendo os restantes prédios rústicos. Cf. Fernando Gaspar da Silva (2001), *Os Gaspar Silva: memórias de raízes e percursos familiares*, Angra: Instituto Açoriano de Cultura, p. 26. Ver também José Cândido da Silveira Avelar (1902), *Ilha de São Jorge (Açores)*, p. 97; Padre Manuel Azevedo da Cunha (1981), *Notas Históricas*, vols. I e II, pp. 231, 825, 829.

<sup>84</sup> Tal era o caso dos herdeiros de João Inácio de Sousa, emigrante que fez grossa fortuna nos EUA e que, tendo falecido sem filhos, deixou elevadas quantias aos seus familiares e ao asilo de mendicidade das Velas. Fernando Gaspar da Silva (2001), *Os Gaspar Silva: memórias de raízes e percursos familiares...*

Estes exemplos poderiam multiplicar-se muito mais ao nível das três Ilhas e dão conta de uma transformação nas elites do distrito. A velha sociedade dos morgados ciosos dos seus brios fidalgos já estava exangue, e quando os diplomas existiam, o dinheiro era muito ou já tinha o lustro de duas gerações o casamento fazia-se sem problemas entre famílias cujos recursos se apresentavam, agora, relativamente equivalentes ou reconvertíveis<sup>85</sup>.

Embora não existam estudos profundos, sabemos como as sociedades recreativas de acesso restrito eram grandes áreas de jogo do mercado matrimonial e da fusão entre os grupos, podendo funcionar como um bom exemplo da progressiva diluição das fronteiras entre os vários segmentos que compunham a elite de distrito<sup>86</sup>. No final do século, as velhas famílias da fidalguia e da grande burguesia local, que se reuniam na década de 1860 sob o tecto da Assembleia Angrense, no antigo palácio do morgado Bettencourt Correia e Ávila (visconde de Bettencourt), não estavam ainda desfeitas. Em 1895 os bailes da Assembleia ainda eram opulentos e atraíam, para além dos principais nomes dos negócios, da terra e da política, alguns novos nomes do comércio e do emprego público<sup>87</sup>. Contudo, a sua marca aristocrática já estava um tanto esvaída, quando comparada com a velha instituição das décadas de 1830 a 1860.

No início do século XX, criaram-se outras sociedades mais abrangentes. As posições sociais haviam-se alterado e com elas as relações de homologia quer com determinadas actividades, comportamentos e consu-

<sup>85</sup> Para trajectórias semelhantes no pequeno espaço de uma freguesia da Beira veja-se José Manuel Sobral (1993), *Trajectos. Produção e Reprodução da Sociedade - Família, Propriedade, Estrutura Social numa Freguesia Rural Beirã*, Lisboa: ICS, p. 155.

<sup>86</sup> Para perceber melhor esta parte da história seria necessário existir um trabalho aprofundado sobre as famílias das sociedades mais selectivas dos Açores. Por exemplo um estudo feito com base no *Clube Micaelense*, de Ponta Delgada, na *Sociedade Amor da Pátria*, da Horta, na *Assembleia Angrense* ou no *Lawn Tennis Club* seria aqui de grande utilidade. Para o Club Micaelense ver Aníbal Bicudo (1945), *O Club Micaelense, separata de artigos insertos no Diário dos Açores de 25 de Abril a 25 de Agosto de 1945*, Ponta Delgada: Edição do Club Micaelense. Veja-se também Susana Serpa Silva (2000), “Aspectos da vida social e cultural micaelense na segunda metade do século XIX”... Para alguns dados sobre a *Sociedade Amor da Pátria* cf. Tomás Duarte Jr., “A Horta em meados do século XIX: subsídios para a sua análise”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol 8, 1985-1988, n° 1-2-3, pp. 29-44.

<sup>87</sup> *A Terceira*, de 25/5/1895. Para um outro contexto regional como o Alentejo cf. Helder Adegar da Fonseca (1996), *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, pp. 222-223 e Maria Ana Bernardo (2002) *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX: o Círculo Eborense...*

mos que antes haviam estado mais reservadas, como era o caso da participação política, dos desportos, da música, da educação burguesa e das práticas de lazer, quer mesmo com o acesso a bens e a símbolos materiais de riqueza como a posse de quintas de recreio, de mobiliário de fino recorte ou de vastas propriedades.

A Sociedade de Recreio e Instrução *Lawn-Tenis Club*, fundada em 1901 e com os seus estatutos aprovados em 1904, já não se revestia dos mesmos traços de selecção elitista, que haviam distinguido as classes médias urbanas dos descendentes da antiga fidalguia, dos grandes proprietários locais e grandes negociantes. Provavelmente, as diferenças nos níveis de fortuna de cada um dos grupos já se tinham esbatido um tanto, levando a uma lenta mas contínua diminuição do capital simbólico dos descendentes das principais famílias da terra que não souberam reverter os velhos capitais em novos.

O *Lawn Tennis Club* tinha como principais objectivos promover o desenvolvimento e propaganda de todos os exercícios físicos e intelectuais compatíveis com os recursos disponíveis. Nos seus estatutos era já visível a cultura do corpo e da saúde, muito comum no discurso e no comportamento das classes médias e altas no final do século. A nova cultura positiva e higienista dispensava os chás e os saraus literários e poéticos, pedindo antes a disciplina e a ordem dos corpos. O *sportsman* enérgico substituíu a velha figura do poeta triste e melancólico de pulmões mirrados e melena oleosa. A direcção do *Lawn Tennis* estava encarregada de organizar desafios e concursos atléticos sempre que julgasse conveniente e de promover anualmente campeonatos de *Lawn-Tenis*, *Croquet*, Tiro, etc<sup>88</sup>.

A associação agregava uma geração mais nova onde pontificavam uma boa parte dos amadores dos vários desportos, não se estabelecendo à partida fortes distinções de classe. Assim, nas listas de sócios, para além dos sobreviventes de apelidos sonantes, dos médicos e advogados, encontram-se agora as famílias dos grandes e médios comerciantes da cidade e dos empregados públicos que antes estavam circunscritas às associações de artistas, abrindo caminho para práticas de casamento entre estes grupos, que se tornaram bastante comuns na geração seguinte<sup>89</sup>. As principais famílias fidalgas de Angra que não se ligaram ao exterior e que per-

---

<sup>88</sup> *Lawn-Tenis Club, Sociedade de Recreio e Instrução, Estatutos Aprovados por Alvará do Governo Civil de 31 de Dezembro de 1904*, Angra do Heroísmo: Minerva Cunha, p. 14.

<sup>89</sup> *Lawn-Tenis Club, Sociedade de Recreio e Instrução, Estatutos Aprovados*, pp. 18-19.

maneceram na ilha, descrevendo uma trajectória social descendente ou pelo menos estagnante, vão estabelecendo, cada vez mais, relações com este sangue novo inflamado de notas, de créditos, diplomas e empregos certos. Os elegantes de Angra não tinham agora atrás de si apenas os moios de terra, tinham também os contos de reis das lojas de comércio, das hipotecas, dos pregos e das caixas económicas, onde, muitas vezes, os seus avós haviam começado ao balcão como simples marçanos, de lápis atrás da orelha. Em 1911 a *Assembleia Angrense* fechou portas, mas não se extinguiu. E, sinal dos novos tempos, em 1919 as duas fundiram-se adoptando o nome do *Lawn Tennis Club*.

Para se ser um bom cidadão e um membro de pleno direito e reconhecido da elite não bastava ser aceite e fazer parte das associações recreativas. Os estabelecimentos de caridade e os asilos eram outra esfera em que se procedia à reconversão do capital económico em capital social e simbólico. A caridade, o paternalismo e a actividade benemérita eram laços que uniam sob uma teia invisível os ricos e os pobres, os poderosos e os insignificantes, que permitiam a identificação e a dominação de uma elite e, ainda, o controlo das crises e situações de ruptura social, mantendo intactas as estruturas sociais<sup>90</sup>. Se a participação dos grandes comerciantes e negociantes nestas instituições locais era bem clara no final do século, é também verdade que esta se revelava um traço que já vinha crescendo, discretamente, desde décadas mais recuadas.

Em Agosto de 1859 o governador civil José Maria da Silva Leal nomeava uma comissão para instalar um asilo de mendicidade em Angra. A referida comissão era constituída por ricos morgados como o visconde de Bruges, António Sieuve de Segurier Camelo Borges e José Borges Leal Corte Real e por alguns dos mais abastados negociantes da cidade como o comendador José Vieira Rodrigues Fartura, Jacinto Cândido da Silva, o riquíssimo capitalista Gabriel de Sousa Pereira, Domingos de Sousa Mendes e o médico Rodrigo Zagalo Nogueira. A 14 de Abril de 1860 ainda com uma comissão administrativa a tomar conta dos seus destinos, presidida pelo bispo da diocese, o asilo abriu as suas portas. Contudo a primeira direcção seria eleita pouco depois, ficando presidente D. Henrique Brito do Rio, tesoureiro o comendador António da Silva Baptista e secretário Francisco de Paula de Barcelos Machado Bettencourt. Ou seja, na di-

<sup>90</sup> Veja-se por exemplo, E.P. Thompson (1971), “The Moral economy of the english crowd in the eighteenth century”, Ed. castelhana em *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios sobre la Crisis de la Sociedad preindustrial*, Barcelona Editorial Critica, pp. 62-134.

recção e na secretaria dois grandes morgados e na parte financeira, bom angariador de capitais, um conhecido homem da praça da cidade, também membro das direcções da Caixa Económica da cidade e da Associação Comercial. Poucos anos depois da sua fundação, em 1867, o asilo de mendicidade recolhia 60 internados e tinha um rendimento anual de 1045\$000 réis insulanos<sup>91</sup>.

Um outro exemplo pode vir do Asilo da Infância Desvalida de Angra, fundado a 16 de Abril de 1853, associado à Irmandade de Nossa Senhora do Livramento<sup>92</sup>. Esta irmandade onde pontificavam os mais conhecidos cavalheiros e as mais católicas senhoras da cidade foi continuamente a administradora desta instituição, ciclicamente recheada de novas dádivas e esmolos. Em 1860 a receita do asilo era de 1.118\$740 réis e a despesa de 1879\$165. Os seus bens eram constituídos por foros diversos a trigo e a dinheiro e pelas quotas pagas por algumas câmaras, confrarias e juntas de paróquia, às quais se acresciam as quotas anuais dos protectores e esmolos várias. Nesse mesmo ano de 1860 o estabelecimento agregava 40 asilados, 17 rapazes e 23 raparigas, todos internos, que recebiam uma educação composta por gramática portuguesa, operações básicas de aritmética e doutrina cristã. As meninas aprendiam ainda costura, labores e ajudavam nos serviços usuais do estabelecimento. Saindo do Asilo os antigos alunos iam para criados e criadas de casas ricas da cidade, e alguns emigraram para ingressar como serviçais ou marçanos nas casas de negociantes terceirenses estabelecidos no Rio de Janeiro<sup>93</sup>. A estrutura social e as posições de classe entre protectores e asilados não se alteravam.

Com o desfazer contínuo da fidalguia tradicional, os laços de solidariedade vertical não desapareceram. Pelo contrário, permaneceram, embora protagonizados por outras classes. No final do século o nome do negociante José Júlio da Rocha Abreu surgia não só na direcção da Caixa Económica de Angra, mas também no Asilo de Infância Desvalida, mais tarde no Orfanato do Beato João Baptista Machado, na Cozinha Económi-

---

<sup>91</sup> Pedro de Merelim (1960), “Asilo de Mendicidade: Sumário Histórico no 1º Centenário da sua Fundação em 14 de Abril de 1860 na cidade de Angra do Heroísmo”, *Atlântida*, vol. IV, nº 2, p.5-6

<sup>92</sup> Os seus estatutos seriam aprovados por decreto de 8-06-1853 e o seu regulamento interno pelo conselho de distrito em sessão de 7 de Novembro do mesmo ano.

<sup>93</sup> BPAAH, Fundo do Governo Civil de Angra, 3ª Repartição, registo da correspondência expedida, livro 1, 1860-1861, fl. 8.

ca, no Cofre de Caridade do distrito, etc<sup>94</sup>. A sua presença em lugares de relevo e como os principais beneméritos do Asilo de Infância Desvalida pode ser a este nível um bom exemplo<sup>95</sup>. Em 1872-1874 a mesa administrativa da irmandade de N. Sra do Livramento e do Asilo de Infância Desvalida da cidade de Angra tinha como presidente o Dr. Rodrigo Zagalo Nogueira, como vice-presidente o negociante Manuel José Botelho, secretário o Beneficiado Victorino José da Costa e Silva, vindo de uma família de comerciantes da cidade; o tesoureiro era outro homem do comércio, António Luís de Magalhães. Apenas entre os vogais aparece um filho do conde da Praia da Vitória, Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges e dois outros burgueses, Francisco Luís Frois e António Augusto Borges. Em 1876-1878 a direcção mantêm-se e apenas alguns nomes mudam, saindo de entre os vogais Teotónio de Ornelas Bruges, substituído por um comerciante de Angra, António da Costa Coelho. Entre 1890-1897 a direcção agregava mais uma vez a mistura entre elementos do comércio e dos negócios e alguns nomes da antiga elite terratenente tradicional: o presidente era então o cónego António Maria Ferreira, sendo a restante direcção constituída por Francisco Sieuve de Meneses, Henrique de Castro, Heitor Homem da Costa Noronha, José Júlio da Costa Abreu, Pe. Eugénio Augusto de Oliveira e Alexandre de Oliveira da Silva de Andrade<sup>96</sup>.

Do mesmo modo, se por volta de 1870, o conselho protector era composto por todas as fidalgas “mães dos pobres” da cidade e esposas dos

---

<sup>94</sup> *Homenagem Prestada ao Exmo. Senhor José Júlio da Rocha Abreu em 24 de Agosto de 1930 pela Caixa Económica de Angra do Heroísmo*, Angra: Tip. Moderna, pp. 16-18. Em 1891 os negociantes José Júlio e seu Pai Bento José recebem um Louvor de Sua Majestade pelo seu papel benemérito aquando dos violentos temporais que assolaram a Ilha Terceira em 22 e 23-07-1891, *Anuário da Direcção Geral de Administração Política e Civil, 4º ano (1 de Agosto de 1891 a 31 de Julho de 1892)*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 150; Aníbal Gomes Ferreira Cabido (1909), “Instituições de beneficência e previdência nos distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (5ª circunscrição dos serviços técnicos da Indústria)”, *Boletim do Trabalho Industrial* n° 25, Lisboa: Imprensa Nacional.

<sup>95</sup> Sabemos que os negociantes e capitalistas Joaquim Teixeira Brasil e Bento José de Matos Abreu deixaram em data que não pudemos precisar respectivamente 400\$000 e 500\$000 réis ao asilo. Um antigo militar, Militão Martins Pamplona Corte Real legou, por sua vez, duas inscrições de crédito público no valor de 1 conto cada uma, além de uma pequena parte dos seus bens que se achavam em usufruto de herdeiros.

<sup>96</sup> Veja-se, por exemplo, o *Relatório e Contas da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento e do Asilo da Infância Desvalida da cidade de Angra do Heroísmo desde 7 de Setembro de 1874 a 10 de Outubro de 1876*, Angra: Imp. Do Governo Civil. 1878, e ainda os Relatórios de 1876-1878 e de 1890-1897.

principais titulares, em 1897 o conselho estava já mais misturado com as filhas dilectas e esposas dos burgueses da cidade<sup>97</sup>. Com uma clara aproximação à norma religiosa os asilos de Angra também foram afectados pelo crescente revivalismo católico do final do século. É assim que na década de 1890, a convite de grandes negociantes e capitalistas, membros da irmandade, como João Carlos Silva e José Júlio da Rocha Abreu, chegaram várias religiosas para ocupar lugar de relevo e reforçar o *ethos* católico destas instituições. O seu desembarque em Angra foi acompanhado por comissões de senhoras, saídas de entre as mais insignes associadas da Irmandade do Livramento, sendo a recepção abrilhantada por festas, música e declamação de poemas por parte das criancinhas do asilo<sup>98</sup>.

## 6 - Conclusão

Sensivelmente ao longo das duas últimas décadas do século XIX, assistimos a uma recomposição das elites, sem que se tivessem alterado substancialmente as relações de dominação e os esquemas de classificação e de construção da distinção. As sociabilidades mantêm durante todo este período uma nítida fractura entre rural e urbano e certas práticas permanecem muito fechadas e codificadas. Por exemplo, as famílias de grandes burgueses e das classes médias abastadas apenas entravam no pequeno circuito de bailes e de grandes festas como convidados, depois de franqueadas certas portas e depois de acumulado o verniz das boas maneiras, da cultura, dos diplomas e do conforto burguês. Os bailes eram ainda um exclusivo de alguns dos grandes e sonantes apelidos fidalgos de Angra, dos seus descendentes e de alguns nomes do antigo patriciado dos negócios, perante um comportamento bem mais rigorista por parte da maioria da burguesia.

As *soirées* e os bailes eram uma característica muito mais marcada e importante na capital de distrito. Nos outros pequenos mundos insulares a existência de vastas casas, dispondo de salões mobilados para o efeito,

---

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Pedro de Merelim (1974), *As 18 Paróquias de Angra, sumário histórico*, Tip. Minerva: Angra, 111-112. Em 1899, o antigo asilo passa a denominar-se Orfanato Beato João Baptista Machado, continuando a direcção nas mãos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. Poucos anos mais tarde, por volta de 1904, esta mesma irmandade compraria, por sete contos, a casa de N. Sra dos Remédios, antiga residência dos Canto e Castro, Provedores das Armadas. Diz a pequena história que terá sido o negociante José Júlio da Rocha Abreu a facilitar o empréstimo desta quantia.

o recrutamento de uma criadagem mais sofisticada, e as redes de relações eram bem mais escassas. O abandono dos mais ricos proprietários e a sua trajectória em direcção aos lugares centrais restringiam estas sociabilidades aos encontros regulares, mas bem mais simples e sem sofisticação, das classes médias das vilas, onde tal exibição de riqueza e de grandeza era economicamente impossível. As sociabilidades desta burguesia pequena ficavam assim reduzidas aos serões ao piano aos chás entre senhoras e aos jantares entre famílias amigas, sem que o cultivo da distinção atingisse as formas codificadas e elitistas de Angra.

Em meio urbano, para se chegar ao patamar dos clubes mais aristocratizantes era necessário conhecer previamente, pelo menos, parte das regras do jogo, dos comportamentos, dos hábitos e dos gostos. Mas, mesmo que a sua socialização primária tivesse passado por outros universos, este era agora um mundo ao alcance da bolsa do grande comerciante e dos seus filhos. Estes espaços e estas práticas de sociabilidade actuaram de forma crescente como um agente tendencialmente homogeneizador entre as elites. Dizemos tendencialmente, porque as marcas de distinção estavam sempre a renovar-se e a alterar-se numa fuga constante a qualquer vulgarização e democratização de usos. Tanto mais que estes atributos, marcas ou bens, apenas eram apetecidos dado o seu carácter restrito. Para se manter a par, nesta dança constante de valorização e desvalorização simbólica, era necessário saber o que se passava no exterior, frequentar não só os pequenos mundos das ilhas, como também conhecer o movimentos dos principais centros. Para isso era preciso dinheiro e investimento, viagens, capital escolar e cultural, e tempo para o lazer.

Na gestão da caridade e dos negócios do crédito a burguesia ligada ao Estado e ao comércio substituía os velhos fidalgos, mesmo nas áreas mais periféricas, procedendo a uma reconversão dos seus capitais através de velhas e conhecidas estratégias<sup>99</sup>. Nestas virtuosas demonstrações de desinteresse e amor pela comunidade pode perceber-se, claramente, um modo particular de gestão do estatuto simbólico, uma actuação paternalista que enquadrava as populações que apoiavam quem lhes desse contrapartidas pela sua fidelidade. Com isto não queremos dizer que exista uma intencionalidade e um cinismo estreito por parte dos principais influentes locais. Pelo contrário, estas acções só resultavam e eram eficazes porque

---

<sup>99</sup> Para um desenvolvimento desta temática cf. Paulo Silveira e Sousa (2002), “Gerir o dinheiro e a distinção: as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)” ..., pp. 293-346.

faziam parte de um comportamento esperado que tinha que se manifestar desinteressado e desprendido. A rede de leitura da realidade social, moldada por várias formas de dominação e pela ética cristã, dizia aos povos que o papel dos ricos, em ocasiões de ruptura e de crise, era ajudarem os pobres. Papel que eles desempenhavam com mestria, até porque daqui também dependia a sua identificação enquanto membros de um dado grupo social privilegiado, detentor não só do poder de mediar com o exterior, de concentrar e de se apropriar de bens - sobre a forma de rendas, produtos ou serviços -, mas igualmente, dono e senhor das possibilidades de distribuir e de proteger.

Nas sociabilidades formava-se um grupo de símbolos que nos dizia que certos agentes ou grupos estavam na posse de determinados valores sociais. Dentro deste grupo destacava-se a necessidade de marcar a diferença do indivíduo e da família como não pertencente a nenhum grupo que se dedicasse a um trabalho produtivo directo. A construção dum jogo de imagens para consumo da sociedade local era um dos instrumentos de demarcação dos grupos sociais e do seu poder. A fractura mais importante e distintiva estabelecia-se entre aqueles que podiam dispor livremente do tempo e aqueles que tinham que o rentabilizar de uma forma economicamente produtiva para manter a sua subsistência. Estes últimos não podiam dispor de tempo nem de meios económicos para viver uma vida de ócio e de valorização simbólica do *status* social<sup>100</sup>. O quotidiano e as sociabilidades das elites eram, pois, alimentados por rituais que passavam pela ostentação da riqueza e por um estilo de vida diferente e perfeitamente identificável<sup>101</sup>. Esta facilidade em ser o senhor dos seus dias e das suas horas era um dos factores mais decisivos para perceber o papel importante que os fidalgos, morgados, grandes proprietários e grandes capitalistas tinham na gestão da vida pública, permitindo-lhes estarem mais próximos e participarem mais activamente nos momentos políticos, isto numa época em que os protagonistas da política ainda não se tinham profissionalizado.

---

<sup>100</sup> Status que funcionava também como a expressão de um consenso social em que as classes dominantes tentavam legitimar e impor a sua dominação, com maior ou menor sucesso.

<sup>101</sup> A este propósito podemos consultar Thorstein Veblen (1918), *The Theory of the Leisure Class*. No entanto, discordamos da interpretação geral vebleniana quando aponta as classes de lazer como classes afastadas de toda a inovação económica, constituindo um obstáculo à mudança social e ao desenvolvimento económico. Se tal será verdade para algumas fracções desta categoria social, outras mantêm como vimos comportamento moderno e empreendedor. A realidade é bem mais matizada.

Numa trajectória de mais longa duração o patriciado urbano, a grande burguesia, os fidalgos e morgados, as classes médias abastadas e mais cultas, que formavam o grupo do dinheiro velho e dos mais antigos maiores contribuintes do distrito de Angra, foram-se abrindo e misturando, mesmo com o dinheiro mais novo. Se numa primeira parte desta história, que poderá ter o seu prolongamento até sensivelmente ao final da década de 1870, a elite tradicional se mantinha relativamente separada das fracções burguesas superiores, apenas se cruzando com o grupo que definimos anteriormente como patriciado urbano e com algumas famílias das classes médias abastadas ligadas ao serviço público e às profissões liberais, à medida que caminhamos para o século XX o processo de fusão acentuar-se-á e poderemos ver já nas primeiras décadas da centúria seguinte o desenho de uma nova fracção do topo das elites de distrito de Angra. Talvez este tenha sido um dos mecanismos que fez sobreviver durante tantas décadas algumas das velhas famílias, simultaneamente transformadas e reproduzidas nesta contínua e relativa fluidez, pouco visível numa primeira aproximação. Aliás, a um primeiro olhar o que chamaria a atenção seria apenas o verniz exterior de continuidade e de reprodução, a permanência dos nomes, das casas, das parentelas, no fundo tão necessários para reforçar e afirmar um *ethos* de elite. Contudo, foi através da possibilidade de uma entrada contínua, mas selectiva, de novos membros que estas mesmas elites conseguiram refazer e adaptar permanentemente uma identidade própria, ao mesmo tempo que eram capazes de se renovar como efectivo.

Embora não existam trabalhos semelhantes para Ponta Delgada ou para a Horta pensamos que esta trajectória, assim como as características gerais do grupo que formava as elites destes dois outros distritos, não devem ter sido muito diferentes. Mas diferente seria a combinação das várias fracções no seio da elite. Provavelmente em Ponta Delgada existiria uma classe média mais pujante e mais independente, ao mesmo tempo que no topo, um círculo mais alargado de grandes e abastadas famílias também poderia ser caracterizado por um maior fechamento e rigidez. No caso da Horta, dado o menor número e a menor dimensão dos patrimónios das grandes famílias tradicionais, a mistura com as classes médias ligadas ao comércio, à administração e às profissões liberais talvez possa ter sido mais precoce e mais forte. Infelizmente, faltam ainda estudos para poder avançar mais do que estas impressões. No contexto continental o problema da escassez de investigações repete-se e é acompanhado por um olhar historiográfico que, normalmente, ou esquece os Açores, ou apenas os vê

como sociedades isoladas e demasiado específicas. A nossa posição é aqui precisamente a oposta: as ilhas atlânticas foram e são bons pontos de observação para analisar intensivamente características mais gerais do país que podem e devem ser comparadas com outros contextos do Portugal continental.

